

FRANCIELI SUFREDINI

**DINÂMICA RELACIONAL DE FAMÍLIAS QUE
VIVENCIARAM ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL:
O OLHAR MATERNO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGP-UFSC) como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sufredini, Francieli

Dinâmica relacional de famílias que vivenciaram abuso sexual infanto-juvenil: o olhar materno. / Francieli Sufredini ; orientador, Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré Florianópolis, SC, 2016.

110p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

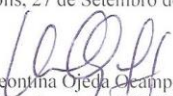
1. Psicologia. 2. Abuso sexual infantil. 3. Dinâmica familiar. 4. Violência sexual. I. Moré, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

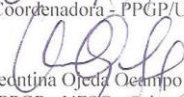
Francieli Sufredini

*Dinâmica relacional de famílias que vivenciaram abuso sexual
infanto-juvenil: o olhar materno*


Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

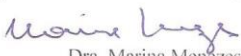
Florianópolis, 27 de Setembro de 2016.


Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
(Coordenadora - PPGP/UFSC)


Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
(PPGP - UFSC - Orientadora)


Dra. Maria Aparecida Crepaldi
(PPGP - UFSC - Examinadora)


Dr. Adriano Beiras
(PPGP - UFSC - Examinador)


Dra. Marina Menezes
(MPSGT - UNIVALI - Examinadora)

Dra. Daniela Ribeiro Schneider
(PPGP - UFSC - Suplente)

Às mães que aceitaram
compartilhar comigo suas
histórias de amor e de dor. Foram
as lágrimas e a coragem de vocês
que escreveram este trabalho.

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora Carmen Moré, personificação do princípio de conjunção, provando que é possível ser psicóloga perspicaz, professora dinâmica e pesquisadora de excelência. Obrigada por me guiar ao longo desta jornada acadêmica com tamanho afeto e sabedoria.

À minha mãe, Lourdes, minha melhor amiga, por todo o cuidado e amor que só se modificam ao longo das nossas vidas, sem nunca acabar. A meu pai, Rudinei, pelo carinho, pelas comidinhas e pelas “frases de efeito” que sempre fazem todo o sentido. À ambos que, juntos, possibilitaram o meu crescimento em meio a uma dinâmica familiar com trocas afetivas significativas e livre de violência.

Ao Lucas, minha pessoa preferida, que escolhi e pela qual fui escolhida para compartilhar todos os dias bons (e não tão bons) para o resto da vida. O seu carinho, generosidade e bom-humor garantiu um espaço perpétuo no meu próprio Genograma.

Às colegas do CREAS pelo apoio, pelos momentos de aprendizagem e de descontração permeados pelas merecidas “gordices”! Vocês tornam os meus dias mais leves, o que me possibilita continuar trabalhando em um campo tão árido. Em particular agradeço àquelas que possibilitaram o acesso às participantes desta pesquisa.

Às coordenadoras dos PAEFI e CREAS, à diretora de proteção especial e à gerente de média complexidade do município onde se deu este estudo, pela autorização e acesso às participantes de suas instituições.

Aos colegas do LABSFAC, Aline Orlandi e Scheila Krenkel, juízas da análise dos Genogramas, e Girlane Peres, Marcos Henrique Antunes e Scheila Krenkel pela leitura atenta dos artigos e devidas contribuições. Agradeço de forma especial à Scheila, minha “co-orientadora”, que esteve presente me auxiliando em tudo que foi necessário durante esta trajetória do mestrado.

Aos colegas do mestrado, que nas aulas e nos barezinhos da vida me auxiliaram no enfrentamento das peculiaridades da vida acadêmica, da qual estava afastada há quase 10 anos. Obrigada à Vanderléia Batista, que ao compartilhar o mesmo tema de pesquisa, também compartilhou sua experiência profissional e trouxe reflexões importantes para este trabalho.

Aos professores do PPGP, em especial Daniela Schneider, Maria Aparecida Crepaldi, Mauro Luís Vieira e Roberto Cruz, pela sagacidade

com que conduziram suas aulas e auxiliaram na construção do projeto e posteriormente nesta dissertação.

À banca composta pelos professores Adriano Beiras, Maria Aparecida Crepaldi e Marina Menezes, por terem aceito o convite para compor a banca final e pelas contribuições que surgiram a partir das conversações na defesa.

Por último, nem um pouco menos importantes, agradeço às mães participantes deste estudo, a quem o dedico. Que algum dia os resultados aqui encontrados ajudem outras mães que infelizmente ainda passarão por esta mesma situação.

A todos vocês, de coração, toda a minha gratidão!

Há uma tendência das coisas vivas a se unirem, a estabelecerem vínculos, a viverem umas dentro das outras, a retornarem à arranjos anteriores, a coexistirem enquanto é possível. Este é o caminho do mundo.

(Lewis Thomas)

RESUMO

O abuso sexual infanto-juvenil é um fenômeno de elevada prevalência epidemiológica, causando sérios prejuízos para o desenvolvimento das vítimas. Ocorrendo em meio a uma dinâmica familiar específica, o processo da violência se constrói e se sustenta em uma trama relacional em que todos os envolvidos se afetam recursivamente. O presente estudo teve como base epistemológica o pensamento complexo e objetivou compreender a dinâmica relacional de famílias que vivenciaram abuso sexual infanto-juvenil, na perspectiva das mães. A pesquisa foi realizada com famílias atendidas em dois CREAS de um município da região sul do Brasil. Participaram 12 mães que estavam em atendimento psicossocial e que tiveram filhos abusados sexualmente. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada e construção de Genograma, e os dados obtidos foram organizados e analisados utilizando os princípios da Teoria Fundamentada nos Dados, por meio dos softwares Atlas-ti 7.5.7 e Genopro 3.0.0.5. Os resultados revelaram que houve alterações nos padrões de relacionamentos de todas as famílias participantes, especialmente entre as mães e crianças ou adolescentes abusados sexualmente, passando a haver superenvolvimento ou distanciamento entre filhos e mães. Foram também identificados, após a revelação, coalizões dos autores da violência e suas companheiras contra as crianças, conflitos conjugais, conflitos entre as mães e a família do autor da violência, rompimentos do núcleo familiar com o autor da violência e as pessoas tidas como coniventes, distanciamentos da família extensa, alianças e triangulações. Constatou-se que mães que apresentaram reações negativas frente à revelação do abuso significam esta violência de forma ambígua, responsabilizando a criança/adolescente pela situação. Observou-se no discurso materno contradição ao significar como perigosos os contatos afetivos entre homens e crianças, enquanto ignoram indicativos consistentes da situação de abuso sexual em seu contexto familiar. Evidenciou-se que o apoio das instituições de atendimento, apoio da família, dos amigos e da comunidade atuaram como facilitadores do enfrentamento materno. Observou-se que o conhecimento de que outras famílias também vivenciaram o fenômeno, a sobrevivência da criança ao abuso e convivência com os filhos também surgiram como aspectos facilitadores, da mesma forma que a crença religiosa e de “um sentido oculto” por trás da violência, os cuidados com a própria saúde e o envolvimento em atividades laborais. Quanto aos aspectos que dificultaram o enfrentamento da violência, mencionou-se o isolamento,

a negação do fenômeno, falta de apoio familiar e restrição do assunto da violência sexual ao âmbito doméstico. Conclui-se sobre a importância da intervenção profissional reconhecer o componente intergeracional com relação aos padrões abusivos e considerar as relações entre significados do abuso sexual infanto-juvenil e reações maternas, avaliando também os fatores que atuam como preditores de credibilidade ou descredibilidade frente à revelação do abuso. Além disso, sugere-se que os profissionais que atuam nesta área incluam e fortaleçam nos acompanhamentos psicossociais tanto as redes sociais significativas destas mães, como as institucionais, visando promover comportamentos e atitudes protetivas com relação a seus filhos.

Palavras-chave: abuso sexual infantil, dinâmica familiar, violência sexual, mães.

ABSTRACT

Child and adolescent sexual abuse is a phenomenon of high epidemiological prevalence, causing substantial harm to the victim's development. Occurring in the midst of a specific familiar dynamic, the process of violence hatches and sustains itself in a relational plot in which all involved interact recursively. This study had the complex thought as its epistemological basis and aims to comprehend, from the mother's perspective, the relational dynamics of families' victim of child and adolescent sexual abuse. The research was realized with families treated in two CREAS (Specialized Reference Center of Social Assistance) located in a municipality in the south region of Brazil. 12 mothers whose children were victims of abuse took part in the study. All were under psico-social treatment at the time. The data collection was realized by means of a semi-structured interview and Genogram development. The data gathered was organized and analyzed according to the principles of Grounded Theory using the software Atlas-ti 7.5.7 and Genopro 3.0.0.5. Results revealed changes in the relationship patterns in all participant families, mainly between the mothers and children or adolescents sexually abused, which relationship progressed to an overinvolvement or distancing between mother and child. Other findings after the revelations were coalitions of the violence perpetrators and their partners against the children, conjugal conflicts, conflicts between mothers and the family of the violator, rupture from the nuclear family with the violator and accessory people, estrangement from the extended family, triangulations and alliances. It was found that mothers that presented negative reactions towards the revelation of the abuse comprehend the violence ambiguously, holding the child/adolescent responsible for the situation. Contradiction was seen on the maternal speech when recognizing the danger of affective relationships between men and children, while ignoring consistent indications of the presence of sexual abuse in their familial context. Evidence was found on the importance of care centers, family, friends and community support as facilitators for the maternal coping. It was noticed that having knowledge of other families that undergone the phenomenon, children survival of abuse and spending time together with the children also played as facilitators. Likewise, religious belief and on "greater scheme" behind the violence, care with their own health and focus on the laboral activities helped on maternal coping. As hampering factors, isolation, negation, lack of familial support and restriction of the sexual violence subject to the domestic environment

were mentioned. An important finding is the need for professional intervention to recognize the intergenerational component with relation to the abuse patterns. Likewise, the relationship between the meanings of child sexual abuse and the maternal reaction must be considered, taking into account factors that may act as predictors of credibility or incredibility towards the abuse revelation. Furthermore, it is recommended that professionals practicing in this area include and emphasize the social and institutional support network of such mothers on their psico-social care, aiming to promote a protective behavior and attitude towards their children.

Keywords: child and adolescent sexual abuse, family dynamics, sexual violence, mothers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma do processo de exclusão das participantes do CREAS I no estudo	30
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização sociodemográfica das participantes	42
Quadro 2: Caracterização sociodemográfica dos autores da violência	44
Quadro 3: Apresentação das categorias, subcategorias e elementos de análise.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PAEFI: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
1.1 OBJETIVO GERAL.....	23
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	23
2. MÉTODO.....	24
2.1 CARACTERIZAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	24
2.2 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA.....	25
2.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	26
2.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	31
2.4.1 <i>Roteiro de Entrevista Semiestruturada</i>	31
2.4.2 <i>Genograma</i>	32
2.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS E DE COLETA DE DADOS.....	35
2.6 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	39
3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	41
3.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	41
3.2 APRESENTAÇÃO DAS CATEGORIAS, SUBCATEGORIAS E ELEMENTOS DE ANÁLISE.....	45
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	52
4.1 ARTIGO 1: A DINÂMICA RELACIONAL FAMILIAR E A INTERGERACIONALIDADE NO CONTEXTO DE ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL, NA PERSPECTIVA MATERNA.....	54
4.2 ARTIGO 2: RELAÇÕES ENTRE SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL E REAÇÕES DE MÃES QUE TIVERAM FILHOS ABUSADOS SEXUALMENTE.....	55
4.3 ARTIGO 3: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DE MÃES QUE TIVERAM FILHOS ABUSADOS SEXUALMENTE.....	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
6. REFERÊNCIAS.....	61
7. APÊNDICES.....	66
7.1 APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA..	66

7.2	APÊNDICE B – INSTRUÇÕES PARA APLICAÇÃO DO GENOGRAMA	68
7.3	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	69
7.4	APÊNDICE D – CÁLCULO DE CONCORDÂNCIA DOS JUÍZES DO GENOGRAMA.....	71
7.5	APÊNDICE E – SÍNTESE DAS HISTÓRIAS.....	75
7.6	APÊNDICE F – GENOGRAMAS DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES....	84
	Genograma da família de P1 - Antes da revelação do abuso.....	84
	Genograma da família de P1 - Após a revelação do abuso.....	85
	Genograma da família de P2 - Antes da revelação do abuso.....	86
	Genograma da família de P2 - Após a revelação do abuso.....	87
	Genograma da família de P3 – Antes da revelação do abuso.....	88
	Genograma da família de P3 - Após a revelação do abuso.....	89
	Genograma da família de P4 – Antes da revelação do abuso.....	90
	Genograma da família de P4 - Após a revelação do abuso.....	91
	Genograma da família de P5 – Antes da revelação do abuso.....	92
	Genograma da família de P5 - Após a revelação do abuso.....	93
	Genograma da família de P6 – Antes da revelação do abuso.....	94
	Genograma da família de P6 - Após a revelação do abuso.....	95
	Genograma da família de P7 – Antes da revelação do abuso.....	96
	Genograma da família de P7 - Após a revelação do abuso.....	97
	Genograma da família de P8 – Antes da revelação do abuso.....	98
	Genograma da família de P8 - Após a revelação do abuso.....	99
	Genograma da família de P9 – Antes da revelação do abuso.....	100
	Genograma da família de P9 - Após a revelação do abuso.....	101
	Genograma da família de P10 – Antes da revelação do abuso.....	102
	Genograma da família de P10 - Após a revelação do abuso.....	103
	Genograma da família de P11 – Antes da revelação do abuso.....	104
	Genograma da família de P11 - Após a revelação do abuso.....	105
	Genograma da família de P12 – Antes da revelação do abuso.....	106
	Genograma da família de P12 - Após a revelação do abuso.....	107

8. ANEXO: SÍMBOLOS DO GENOGRAMA.....108

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2015 a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos recebeu 17.583 denúncias de abuso sexual envolvendo crianças ou adolescentes (Brasil, 2015). No entanto, tais dados não expressam o número real de situações de abuso sexual infanto-juvenil no contexto brasileiro, uma vez que a maior parte dos casos não é notificada ou denunciada (Fuster, 2002; Lima & Alberto, 2012). A Organização Mundial da Saúde considera que a violência mais devastadora em termos desenvolvimentais é o abuso sexual infanto-juvenil e estima que, no contexto mundial, uma a cada cinco mulheres e um a cada treze homens vivenciaram abuso sexual na infância ou adolescência (World Health Organization [Who], 2004; 2014).

Frente à elevada prevalência epidemiológica e aos sérios prejuízos para o desenvolvimento das vítimas, o fenômeno do abuso sexual infanto-juvenil requer planejamento e implantação de políticas públicas para enfrentá-lo. No Brasil, com o advento da Constituição Federal de 1988, os princípios da proteção integral dos direitos da criança e dos adolescentes são marcados com absoluta prioridade, atribuindo à família, à sociedade e ao Estado o dever de garantir que toda criança e adolescente esteja a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 1990, preza em seu artigo 5º que serão punidos na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

No contexto brasileiro as situações de violência contra crianças e adolescentes são acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), ofertado obrigatoriamente pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em 2014 havia 37.048 casos de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual atendidos no país (Brasil, 2009; 2016a).

O abuso sexual infanto-juvenil é compreendido como todo ato ou jogo sexual cujo agressor encontra-se em estágio de desenvolvimento psicossocial mais adiantado do que a criança ou o adolescente, com o objetivo de gratificação sexual do primeiro. Ocorre por meio de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaça ou indução de sua vontade, podendo variar desde atos em

que não se produz o contato sexual (voyeurismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração (Habigzang, Ramos & Koller, 2011; López & Bartolomé, 2012).

Segundo estudos investigativos e epidemiológicos, a maior parte dos abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa, sendo que o pai biológico e o padrasto figuram como principais perpetradores e as meninas como principais vítimas (Furniss, 2002; Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005; Ribeiro, Ferriani & Reis, 2004; Sanderson, 2005). Parece contraditório, mas o contexto familiar, que é o espaço destinado a calor, afeto, apoio e segurança, é também uma das instituições sociais com maior índice de conflito e violência. A violência se gesta e se sustenta em meio a uma trama relacional em que todos os envolvidos se afetam recursivamente, dependendo do contexto histórico, geracional e social em que ocorre. Considerando a dimensão geracional, percebe-se que a violência ocorre em meio a uma dinâmica relacional familiar peculiar (Fuster, 2002; Santos & Moré, 2011).

O conceito de dinâmica relacional familiar, considerado central neste estudo, refere-se à maneira como a família mantém seus vínculos, como os membros resolvem os conflitos, como estabelecem papéis baseados nas relações hierárquicas e de poder, como se organizam e se comportam a partir de regras e padrões estabelecidos (Cervený, Berthoud, Coelho & Oliveira, 2002). Parece consenso entre diversos autores que padrões, valores e crenças familiares relativos à violência podem ser perpetuados entre diferentes gerações familiares, fenômeno denominado “intergeracionalidade”, “transgeracionalidade” ou “multigeracionalidade” (Santos & Dell’Aglia, 2009; Scantamburlo, Moré & Crepaldi, 2012).

Neste estudo, utilizar-se-á o conceito de transmissão intergeracional, tanto por ser o termo mais utilizado na maior parte dos estudos analisados, como por entender que o fenômeno da violência na família implica repercussões sobre a interação de todos os membros do sistema familiar em tempo presente. A intergeracionalidade pode ser compreendida como a possibilidade do adulto reproduzir com crianças da família as experiências de violência vividas em sua própria infância. Nesses casos, as experiências de violência abrangem também o abuso físico, emocional, negligência e abandono (Costa, Penso & Almeida,

2007; Newcomb & Locke, 2001; Penso & Neves, 2008; Santos, 2007; Santos & Dell’Aglia, 2009; Scantamburlo et al., 2012).

Ressalta-se que são características de famílias com dinâmicas violentas as dificuldades na comunicação entre seus membros, uso intenso de mecanismos de defesa, dificuldades em reconhecer e respeitar limites e a presença constante do silêncio sobre a violência – também conhecida como “síndrome do segredo” (Furniss, 2002; Scodelario, 2002). Também é característico dessas famílias um acentuado isolamento social, sem estabelecer ou aceitar contato com pessoas da vizinhança, mantendo-se a uma distância geográfica e emocional de suas famílias de origem, processo caracterizado como ausência de redes sociais significativas e de suporte social (Sluzki, 1997; Moré, 2014).

O impacto psicossocial da experiência de violência sexual no desenvolvimento da criança e do adolescente pode ser severo, sendo que os abusos são um importante fator de risco para o desenvolvimento de transtornos psiquiátricos (Habigzang & Caminha, 2004). Neste contexto, pesquisas indicam que a capacidade das crianças em lidar com a experiência de abuso sexual está associada ao fato das mães acreditarem em seus relatos e também de darem apoio (Baía, Magalhães & Veloso, 2014; Santos & Dell’Aglia, 2013). No entanto, são poucos os estudos direcionados para a compreensão sobre o impacto do abuso sexual no cotidiano das mães dessas crianças, bem como sobre as estratégias para lidar com os danos da violência e/ou de sua revelação (Inoue & Ristum, 2010).

Uma revisão sistemática realizada por esta pesquisadora e o laboratório responsável por este estudo (Sufredini, Moré & Krenkel, 2016) buscou se aproximar do conhecimento científico vigente sobre o abuso sexual infanto-juvenil a fim de visibilizar as lacunas relacionadas à pesquisa e intervenção sobre o tema. Tal revisão¹ incluiu os estudos empíricos em que havia como participantes mães de crianças ou adolescentes que vivenciaram situação de abuso sexual. Apesar da notória influência das mães no prognóstico das crianças e adolescentes que vivenciam o abuso sexual, identificou-se escassa produção científica no contexto brasileiro acerca da temática a partir da perspectiva materna, totalizando apenas 16 estudos publicados nos últimos dez anos.

¹ Todo o processo de inclusão e exclusão dos estudos, bases de dados pesquisadas, palavras-chaves e principais resultados da revisão sistemática citada podem ser encontrados em Sufredini, Moré & Krenkel, 2016 (no prelo).

Este estudo teve suas bases epistemológicas ancoradas no pensamento sistêmico, fundamentando suas discussões a partir da Teoria da Complexidade. Esta teoria surge perante a proposta do epistemólogo Edgar Morin de superar o que nomeia como “paradigma da simplicidade”, que seria uma forma mutiladora de organização do conhecimento, colocando a necessidade de um pensamento complexo (Morin, 2011).

A palavra “complexidade” suporta uma pesada carga semântica, frequentemente associada à confusão, incerteza e desordem. Em sua origem etimológica, indica “o que é tecido junto”, trazendo consigo o paradoxo do uno e do múltiplo. Pensar complexamente é admitir, ao mesmo tempo, fenômenos complementares, concorrentes e antagonistas, não eliminando as contradições, mas reunindo as coerências diversas existentes, numa perspectiva dialógica e não mais dialética. Enquanto esta procura realizar uma síntese do fenômeno colocando um novo rótulo, o princípio dialógico, que é a característica fundamental do pensamento complexo, é capaz de unir conceitos que tradicionalmente se opõem, articulando-os e mantendo a dualidade no seio da unidade (Morin, 2011; Vasconcellos, 2013).

Compreender dialogicamente famílias que apresentam comportamentos violentos significa abandonar o processo dicotômico de concepção ora centrado na vítima, ora no agressor, percebendo que o agressor é autor da violência, mas também é autor de outros aspectos desse sistema: autor de sustento financeiro, autor de educação e inclusive autor de afeto. O foco do pesquisador não está nos elementos, mas sim no sistema familiar e suas relações, passando a observar o objeto no seu contexto. Vasconcellos (2013) esclarece que contexto não significa simplesmente ambiente, mas se refere às relações entre todos os elementos envolvidos no sistema. Realizando a operação de conjunção, não se reduz o complexo ao simples, mas se integra o simples no complexo. A atitude do cientista é de “e – e” e não “isto ou aquilo”. Obviamente os elementos desse sistema se distinguem uns dos outros, bem como o objeto do seu contexto, pela operação lógica da distinção, porém não os isola nem deixa de focalizar as relações (Morin, 2011; Vasconcellos, 2013).

Os fenômenos não são compreendidos a partir de uma causalidade linear (onde cada fenômeno observado “Y” corresponde a uma causa “X”), nem mesmo por uma causalidade circular retroativa (onde se admite a possibilidade de entrar no sistema uma informação

adicional, mas apenas se esta for derivada do seu próprio funcionamento), mas sim pela causalidade circular recursiva. As duas primeiras concepções referem-se respectivamente a imagens de linha e círculo; já a terceira é imaginada como uma espiral, em que “o produto é produtor daquilo que o produz” (Morin, 2011). Essa mudança de paradigma permite que os padrões violentos possam ser compreendidos além da lógica simplificadora de causa-efeito, admitindo que as famílias possam reformular suas ações e significados por meio de informações adicionais que entram no sistema.

A crença em um mundo estável, que “já é”, é substituída pela de um mundo “em processo de tornar-se”, em transformação contínua, pressupondo a instabilidade dos fenômenos. Os sistemas são concebidos de forma dinâmica e no sistema familiar os membros se influenciam, ao mesmo tempo em que influenciam e são influenciados por outros sistemas (escola, trabalho, cultura, sociedade). Considera-se que tais sistemas estão sujeitos a flutuações, que por sua vez são da ordem do acaso, imprevisíveis e multideterminadas, não podendo ser compreendidas linearmente como causa-efeito. A família e suas crises (como as situações de violência) são compreendidas como pontos de bifurcação, que permitem a ela um salto qualitativo para uma nova forma de funcionamento (Vasconcellos, 2013). Isso implica que, num momento de crise, o sistema familiar tem múltiplas soluções possíveis e não mero rompimento do sistema, ou retorno ao estado anterior.

O pressuposto da intersubjetividade revela a impossibilidade de um conhecimento objetivo do mundo, pois a realidade é tão rica e tão cheia de relevos complexos que nenhum ponto de vista pode abarcar o objeto todo. Complementarmente, Heinz von Foerster ao analisar os sistemas observantes reconhece que “a partir do momento em que o observador começa a observar um sistema, cria-se instantaneamente um sistema que integrará a ambos e em que o observador se observará observando” (Vasconcellos, 2013, p. 143).

Em um mundo onde os fenômenos têm se provado cada vez mais complexos, instáveis e intersubjetivos, compreender a violência familiar focalizando um ou outro membro do sistema familiar se mostra insuficiente, sendo necessário observar e atuar a partir das relações entre eles. Assim como o mundo, as famílias não “já são”, mas sim estão em processo de “tornar-se”, e o pesquisador, ao adentrar nesta trama de significados, não pode conceber apenas a existência de uma realidade última e verdadeira, mas sim de diferentes realidades, igualmente importantes e verdadeiras, que dialogam entre si.

Nesta perspectiva, a compreensão de desenvolvimento humano tem como foco de análise desde eventos genéticos e fisiológicos até os processos culturais e interações sociais, haja vista que múltiplos sistemas se influenciam e se tornam integrados ao longo do tempo. Os princípios que norteiam a pesquisa sobre o desenvolvimento humano integram os diferentes enfoques teóricos e tem como base o fato de que o desenvolvimento é um fenômeno que, por sua natureza dinâmica e complexa, requer uma abordagem sistêmica de investigação (Aspesi, Dessen & Chagas, 2005).

A partir desse cenário, a proposta desta pesquisa parte das inquietações profissionais da pesquisadora, que atua há seis anos em Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) da grande Florianópolis, com atendimento a crianças e adolescentes que sofreram violência, assim como às suas famílias. Percebe-se que a violência sexual ocorre em um contexto diferenciado das demais violências, se construindo no terreno privado e se sustentando no silêncio dos envolvidos, em meio a fronteiras familiares rígidas. Capaz de afetar o processo de desenvolvimento de todas as pessoas envolvidas, principalmente as crianças e adolescentes vítimas, o abuso sexual pode deixar cicatrizes invisíveis que perduram por toda a vida.

Com base nesses questionamentos, o presente projeto se insere na linha de pesquisa “Saúde e contextos de desenvolvimento psicológico” do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP-UFSC) e está atrelado a outras pesquisas² desenvolvidas na mesma temática pelo Laboratório de Psicologia da Saúde, Família e Comunidade (LABSFAC) da Universidade Federal de Santa Catarina. Objetiva-se com este estudo contribuir acadêmica e cientificamente para a área de conhecimento mencionada, acrescentando elementos ao conjunto do conhecimento já publicado sobre o tema do abuso sexual infanto-juvenil e superando eventuais lacunas no conhecimento.

² “Violência familiar: dinâmica relacional familiar e das redes sociais significativas de mulheres acolhidas em casa abrigo”, dissertação defendida por Scheila Krenkel em 2014; “Significados atribuídos à violência conjugal na perspectiva dos casais”, dissertação defendida por Natalia Scatamburlo em 2013; “A estrutura e a dinâmica de famílias de crianças vítimas de violência”, dissertação defendida por Michelle Vitório Marchetto em 2013; “Mulheres, violência, rede de serviços de referência e suporte psicossocial”, dissertação defendida por Ana Claudia Wendt dos Santos em 2009.

Acredita-se que o âmago principal deste estudo é dar voz aos protagonistas dessa situação de violência que se sustenta num acordo velado de silêncio, no qual ficam sujeitados tanto crianças e adolescentes, como os demais integrantes familiares. Pretende-se responder a indagações e assim abrir diferentes ângulos de compreensão de um fenômeno tão singular e multifacetado, tais como: Como são os vínculos das mães destas crianças e adolescentes com suas famílias de origem? Que aspectos relativos a estes vínculos que as levam a sustentar as situações violentas? Como se inicia o processo da revelação da situação? Que fatores históricos e sociais as levam a tomar atitudes mais ou menos protetivas? Enfim, busca-se encontrar subsídios para enriquecer a intervenção dos 4.284 psicólogos que atuam nos CREAS do Brasil atendendo crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual infanto-juvenil e suas famílias, assim como outros profissionais que atendem estas situações nos diferentes níveis de atenção à saúde e na rede de assistência social (Brasil, 2016b). Para tanto, propõe-se os seguintes objetivos:

1.1 Objetivo Geral

Compreender a dinâmica relacional de famílias que vivenciaram abuso sexual infanto-juvenil, na perspectiva das mães.

1.2 Objetivos Específicos

- Identificar as repercussões das situações de violência familiar nos vínculos da família de origem e do núcleo atual;
- Identificar os significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil, na perspectiva materna;
- Caracterizar as reações maternas frente ao processo de revelação do abuso sexual de seus filhos;
- Descrever aspectos presentes na dinâmica familiar e social que facilitaram ou dificultaram o enfrentamento do abuso sexual.

2. MÉTODO

2.1 Caracterização e delineamento da pesquisa

Ancorado no pensamento complexo de Edgar Morin e respectivos pressupostos epistemológicos já mencionados na Introdução, este estudo é de natureza qualitativa, que ultrapassa a mera escolha de instrumentos ou de quais dados devem ou não ser incluídos, mas considera os processos implicados na construção do conhecimento (González Rey, 2011). Tal epistemologia procura compreender e descrever em profundidade o mundo construído pelos sujeitos com significados e símbolos, através da imersão nos contextos em que estes ocorrem (Olabuénaga, 2009).

A epistemologia qualitativa tem três princípios, cada qual com importantes consequências metodológicas: (1) o *conhecimento é uma produção construtivo-interpretativa*, ou seja, é construído em um processo em que o pesquisador integra, reconstrói e apresenta construções interpretativas que não teriam nenhum sentido se tomadas de forma isolada, como constatações empíricas; (2) o *processo de produção do conhecimento tem caráter interativo*, pois o contexto e as relações entre pesquisador e pesquisado são condições para o desenvolvimento da pesquisa em ciências humanas, aceitando os momentos informais que surgem durante a comunicação como produtores de informação relevante para a produção teórica, utilizando os imprevistos como situações significativas para o conhecimento; (3) a *singularidade é condição legítima na produção de conhecimento*, assim, os estudos ancorados nessa perspectiva não se legitimam pela quantidade de participantes, mas sim pela qualidade, profundidade e detalhamento de seus relatos (González Rey, 2011).

Considerando que a violência sexual está afeita a situações muito veladas e que dificultam a compreensão do que de fato ocorreu, faz-se necessário opções metodológicas que viabilizem o estudo deste fenômeno contemplando toda a sua complexidade. Desta forma, os instrumentos de natureza qualitativa vêm se mostrando eficientes no acesso à subjetividade das pessoas atendidas, uma vez que tais instrumentos, em sua idealização, nunca se submetem à mera curiosidade sobre os fatos, mas remetem a uma investigação que respeite a complexidade da revelação, buscando a compreensão dos

sentidos subjetivos construídos pelos envolvidos (Lordello & Costa, 2013).

Esta pesquisa é também de caráter descritivo, objetivando examinar questões relativas a problemas práticos e suas potenciais soluções por meio da descrição de características de uma população que vivenciou um fenômeno peculiar, estabelecendo relações entre variáveis. O delineamento foi transversal, uma vez que analisou um momento específico da trajetória da vida das participantes. A pesquisa foi *ex-post-facto*, ou seja, foi realizada uma investigação sistemática em que o pesquisador não tem controle direto sobre as variáveis, pois suas manifestações já ocorreram (Breakwell, 2010; Gil, 2008).

2.2 Caracterização do contexto da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada com mães atendidas em dois Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), respectivamente localizados em dois Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) de um município da região sul do Brasil, instituição pública que, conforme mencionado anteriormente, é o Serviço responsável por prestar atendimento a casos com suspeita ou confirmação de abuso sexual infanto-juvenil no Brasil. Optou-se por não revelar o nome do município onde os PAEFI/CREAS estão situados a fim de manter o sigilo e preservar as participantes de qualquer possibilidade de identificação.

Para ter acesso ao atendimento no PAEFI/CREAS neste município a família deve ser encaminhada pelo Conselho Tutelar ou por determinação de algum Juizado (comumente Vara da Infância e Juventude ou da Família). A partir de então, todos os membros do núcleo familiar devem ser atendidos por uma equipe composta por duas técnicas - uma psicóloga e uma assistente social -, por um período médio de um ano e seis meses, estendendo-se até no máximo por dois anos, conforme previsto nos Indicativos Metodológicos de Atendimento no Serviço PAEFI, documento confeccionado pela Prefeitura deste município. Como o atendimento é determinado pelo Conselho Tutelar ou Juizado como uma medida de proteção prevista nos artigos 98 e 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, tal atendimento é obrigatório e a família pode receber advertência ou mesmo ser representada judicialmente caso não compareça aos atendimentos agendados.

Quanto a sua estrutura, um dos PAEFI/CREAS (CREAS I) funciona em espaço alugado pela Prefeitura, das 8h às 18h, de segunda à sexta-feira. Neste CREAS I funciona apenas o Serviço PAEFI (para

atendimento a crianças e adolescentes com suspeita ou confirmação de violação de direitos) e SEPREDI (para atendimento a idosos e pessoas com deficiência). Entre os recursos humanos, neste PAEFI I há seis psicólogas, seis assistentes sociais, uma estagiária de serviço social, uma coordenadora, um técnico administrativo, uma auxiliar de serviços gerais e um motorista.

O segundo CREAS que participou deste estudo, o CREAS II, funciona das 8h às 19h, de segunda à sexta-feira, em prédio próprio da Prefeitura. Além dos Serviços PAEFI E SEPREDI, o CREAS II conta também com o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). No PAEFI II há 15 psicólogas, 17 assistentes sociais, uma pedagoga, duas coordenadoras, uma estagiária de psicologia, quatro técnicos administrativos e três motoristas.

No mês do início da coleta de dados, abril/2015, havia no PAEFI do CREAS I um total de 129 casos em acompanhamento. É importante ressaltar que cada caso pode conter mais de um núcleo familiar, bem como mais de uma criança ou adolescente vítima de violência. Segundo o parecer³ das técnicas do PAEFI do CREAS I, no mês de abril/2015 estavam em atendimento 47 casos de crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual, três de exploração sexual, 125 casos de negligência ou abandono, 74 casos de violência física, 84 de violência psicológica e 18 casos de trabalho infantil, totalizando 351 crianças ou adolescentes suspeitas ou confirmativamente vítimas de alguma forma de violência.

Quanto ao PAEFI do CREAS II, havia 319 casos em acompanhamento no mesmo mês, abril/2015, sendo que havia 167 crianças e adolescentes suspeitas ou confirmativamente vítimas de abuso sexual, 13 de exploração sexual, 305 de negligência ou abandono, 203 de violência física, 244 de violência psicológica e quatro de trabalho infantil, segundo o parecer das técnicas que acompanhavam as famílias.

2.3 Participantes do estudo

Por se tratar de pesquisa *ex-post-facto*, não foi possível designar aleatoriamente os sujeitos dessa pesquisa, sendo que os mesmos foram selecionados por amostra não probabilística intencional (Gil, 2008).

³ De acordo com preenchimento de estatística mensal por cada um dos profissionais do PAEFI.

Participaram 12 mães cujos filhos (as) vivenciaram situação de abuso sexual infanto-juvenil e que estavam em atendimento em PAEFI de dois CREAS de um município da região sul do Brasil. O número de participantes foi definido mediante a constatação da recorrência temática nas entrevistas, atendendo ao objetivo geral do estudo, e considerou informações de um criterioso estudo de Guest, Bunce e Johnson (2006), cujo objetivo foi definir parâmetros para o estabelecimento do número adequado de participantes em pesquisa qualitativa. Os autores supracitados apontam que a partir da sexta entrevista começa a ocorrer o delineamento dos dados, e a partir da décima segunda entrevista, a saturação teórica, sendo que após esse número costuma haver repetição dos dados trazidos pelos participantes, que já não acrescentam novas informações para a criação de categorias de análise.

Os critérios para inclusão das participantes neste estudo foram:

- a) mães com 18 anos de idade ou mais;
- b) mães em acompanhamento psicossocial em PAEFI/CREAS;
- c) existência de denúncia de abuso sexual contra seus filhos (independentemente do gênero);
- d) mães com condições cognitivas e mnemônicas para a condução da entrevista e aplicação do instrumento Genograma, bem como que não apresentassem transtorno grave de humor, ansiedade ou outro sofrimento psíquico intenso (conforme parecer dos técnicos que acompanhavam a família no momento da coleta de dados);
- e) que tivesse decorrido pelo menos seis meses a partir da revelação do abuso sexual, por entender que nos primeiros meses após a revelação poderiam ter sido mobilizadas resistências, não permitindo narrativas mais aprofundadas sobre o assunto. A partir do período de seis meses facilita-se a emergência nas narrativas das participantes de suas experiências, com certo distanciamento do aspecto traumático que o procedimento poderia representar (Wottrich, 2011).

Cabe mencionar que neste estudo o conceito do termo “mãe” extrapola as condições biológicas e abarca toda figura que exerce a função materna, isto é, seja uma referência de cuidado e proteção relativamente estável. Tendo isso em vista, foram incluídas como participantes 11 mães biológicas e uma outra mãe que, biologicamente, se tratava de avó paterna da criança abusada sexualmente. Esta última, posteriormente nomeada Participante 9, tinha a guarda da criança desde dois anos e 5 meses de idade e era a quem a menina se dirigia como “mãe”, com nítidos vínculos entre ambas, conforme parecer das técnicas que acompanhavam a família.

Conforme citado anteriormente, no início da coleta de dados deste estudo (abril/2015) havia um total de 129 casos em acompanhamento no PAEFI do CREAS I, sendo que destes, 47 casos eram referentes a denúncias de abuso sexual contra crianças ou adolescentes. Em contato com as técnicas de referência que acompanhavam cada caso, imediatamente excluíram-se algumas possíveis famílias/mães participantes, a saber: por não haver indicativos suficientes de que houve o abuso sexual (n=14); por não haver mãe ou pessoa que assumisse tal função materna na configuração familiar (n=2); em razão das famílias estarem em mudança de município de domicílio e assim em processo de desligamento, e não de acompanhamento (n=4), por as mães estarem com depressão grave (n=2); por a mãe não apresentar condições de compreensão/mnemônicas para condução da entrevista (n=1); por serem mães que não acreditavam em qualquer possibilidade que o (a) filho (a) tivesse vivenciado o abuso sexual, não estando aptas a responder ao roteiro de perguntas (n=2); mães que se recusavam a vir ao atendimento e a equipe técnica não tinha qualquer vínculo ou contato direto com a mesma para convidá-la para a pesquisa (n=4), contabilizando um total de 29 casos impossibilitados de serem convidados a participar.

Deste CREAS I, das 18 possíveis famílias que restaram após exclusão conforme critérios estabelecidos e avaliações das técnicas que as acompanhavam, 10 mães aceitaram o convite e fizeram parte da amostra deste estudo. Outras 4 mães foram convidadas pelas técnicas a participar e num primeiro momento aceitaram o convite. No entanto, três delas não compareceram no momento agendado para a entrevista, e uma outra, ao ser abordada pela pesquisadora para agendar o momento da entrevista, informou que estava muito ocupada nos próximos meses e que entraria em contato caso sobrasse algum tempo, mostrando resistência a falar sobre o tema⁴. Quanto às demais mães (n=4) não há informação sobre se as mesmas não quiseram participar do estudo, ou não chegaram a ser convidadas pelas técnicas que as acompanhavam à época. Haja vista o objetivo inicial que era de entrevistar 12 mães, buscou-se mais 2 participantes em um segundo PAEFI/CREAS (CREAS II). Todo o processo de exclusão das possíveis participantes deste estudo referente ao CREAS I pode ser observado na Figura 1.

⁴ Conforme relato da equipe que atendia essa mãe, ela não acreditava que a filha tivesse sofrido abuso sexual perpetrado pelo padrasto, apesar do parecer confirmativo da violência por parte das técnicas.

A dificuldade de acesso e de aceitação por parte destas mulheres em falar sobre a temática da violência familiar vai ao encontro de outros estudos semelhantes, como o de Santos (2009), que pesquisou mulheres que denunciaram o autor da violência, o de Wanderbroocke (2011), que analisou a violência exercida contra o idoso na atenção primária de saúde, o de Scatamburlo (2013), que estudou os significados atribuídos à violência na perspectiva de casais com união estável e Krenkel (2014), que buscou compreender a dinâmica relacional familiar e das redes pessoais significativas de mulheres que sofreram violência familiar e viveram em casa-abrigo.

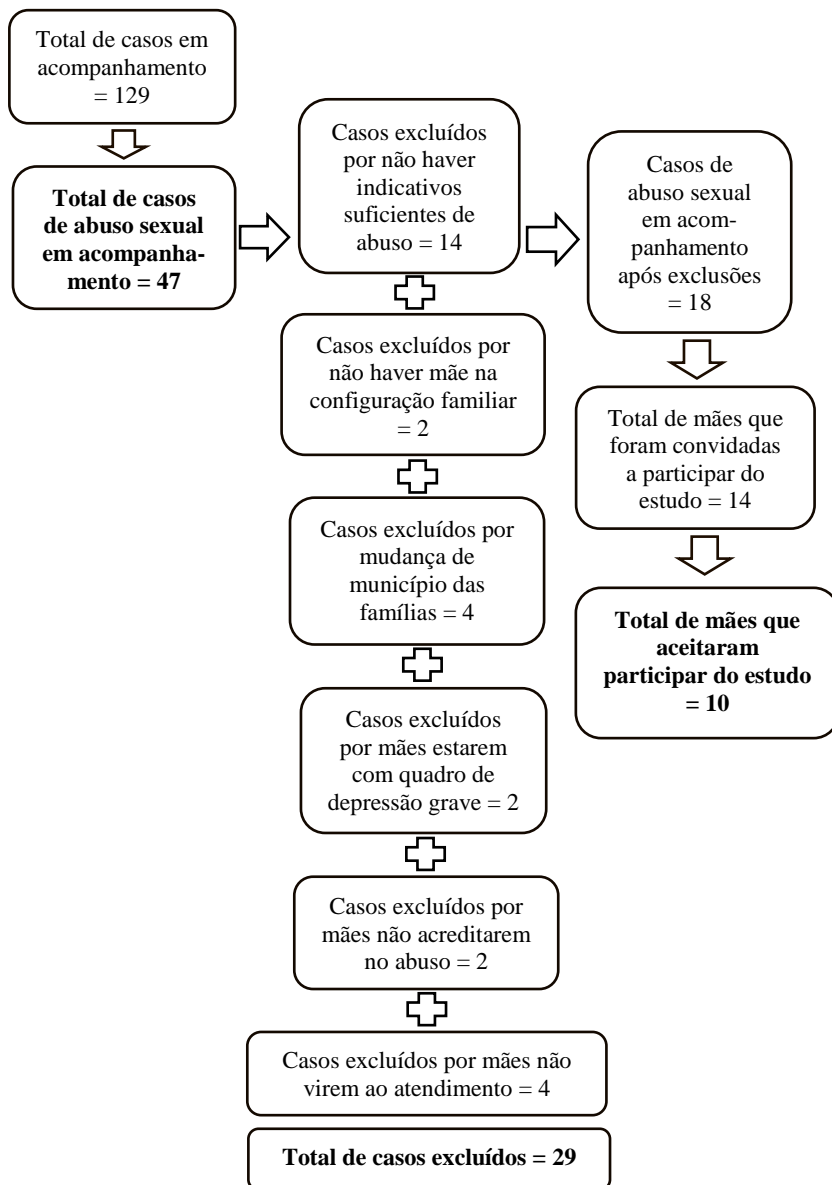


Figura 1: Fluxograma do processo de exclusão das participantes do CREAS I no estudo

2.4 Técnicas e instrumentos de coleta de dados

A coleta de dados da presente pesquisa foi realizada com o uso de dois instrumentos: a) Roteiro de Entrevista Semiestruturada e b) Genograma.

2.4.1 Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Com o intuito de identificar os significados, perspectivas e interpretações das mães sobre o fenômeno do abuso sexual infanto-juvenil, utilizou-se a entrevista semiestruturada, em que a entrevistada pode discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (Minayo, 2010). O roteiro de entrevista (Apêndice A) buscou provocar a narrativa, todavia também controlar o fluxo do diálogo em torno do foco principal de investigação (Moré, 2015). Composto com perguntas elaboradas a fim alcançar os objetivos específicos deste estudo, o roteiro abordou: os aspectos do processo de abuso sexual vivenciado pelos (as) filhos (as) e sua revelação, as repercussões das situações de violência familiar nos vínculos da família de origem e do núcleo atual, a descrição dos significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil, e aspectos presentes na dinâmica relacional familiar e social que facilitam ou dificultam o enfrentamento do abuso sexual infanto-juvenil. Diante disso, a entrevista semiestruturada foi composta por perguntas que contemplaram os seguintes temas centrais:

1) Dados de identificação e sociodemográficos das participantes

Constituiu-se de informações sobre idade, escolaridade, ocupação/profissão, número de filhos, estado civil, renda familiar, crença espiritual, tempo de relacionamento atual e, quando era o caso, tempo de relacionamento com o autor da violência. Esse item também contemplava as informações sobre o autor da violência, tais como o vínculo com a criança, escolaridade, ocupação/profissão, se era usuário de álcool ou outras drogas e se tinha filhos.

2) Aspectos do processo de abuso sexual vivenciado pelos filhos (as) e sua revelação

O objetivo desta etapa da entrevista foi identificar quando e quais foram os indicativos de que a criança ou adolescente estava sendo sexualmente abusada, tais como comportamentos, sintomas ou situações relativas. Também buscou-se identificar como acontecia o abuso sexual (local, horários, formas de abuso, presença de ameaça, entre outras

informações relevantes), além de como aconteceu a revelação do abuso e para quem. O início desta etapa foi realizado a partir de perguntas genéricas sobre o atendimento no PAEFI, de forma a contribuir para o aquecimento da participante para as situações impactantes que relataria em sequência.

3) Repercussões das situações de violência familiar nos vínculos da família de origem e do núcleo atual

Neste item procurou-se identificar a reação das mães e quais as providências tomadas a partir da revelação do abuso sexual, além da reação dos demais membros familiares e como isto influenciou o relacionamento entre todos. Também buscou-se explorar as reações dos membros da família não somente perante o abuso sexual, mas também com relação a outras violências que porventura ocorreram na família, aprofundando tais vivências com a construção do Genograma.

4) Descrição dos significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil

Este item teve como objetivo identificar os significados que as mães atribuíam ao fenômeno do abuso sexual e também do abuso sexual infanto-juvenil, por meio de descrições, representações, sentimentos e emoções relacionados ao mesmo.

5) Aspectos presentes na dinâmica relacional familiar e social que facilitam ou dificultam o enfrentamento do abuso sexual infanto-juvenil

Nesta etapa questionou-se as participantes acerca de como enfrentaram a situação do abuso sexual infanto-juvenil, explorando as estratégias de enfrentamento. Também buscou-se identificar se havia rede de apoio e como esta se articulou para auxiliá-la neste processo de enfrentamento. Este item contemplou ainda uma pergunta sobre conselhos que uma mãe poderia dar a outra que descobrisse que aconteceu uma situação de abuso sexual com seu filho, sendo que este questionamento teve um efeito de empoderamento e fortalecimento para as mães, apaziguando as mobilizações emocionais provocadas pela entrevista.

2.4.2 Genograma

O Genograma na pesquisa qualitativa é um instrumento que dá acesso à dinâmica do sistema familiar, reconstruindo historicamente determinados eventos que se sustentaram ou ainda se sustentam em torno dos vínculos afetivos, das emoções e dos registros que permanecem na memória dos membros da família (Crepaldi, Moré & Schultz, 2014). Além de permitir a visualização da configuração familiar e de eventos estressores, o Genograma é um instrumento recomendado para verificar repetições intergeracionais de fenômenos como a violência (Santos, 2009), identificar influências da família de origem no núcleo familiar atual e fatores de risco e proteção para o desenvolvimento das crianças (Wendt, 2006), analisar relação de proteção entre mãe e filha com histórico de abuso sexual (Cantelmo & Costa, 2014), entre outras.

No presente estudo construiu-se junto à participante o Genograma de três gerações de sua família solicitando informações relativas a cada um dos membros dessas gerações (nome, idade, profissão), eventos significativos como casamentos, uniões, nascimentos, doenças, acidentes, mortes, mudanças, entre outros, aspectos da dinâmica relacional com sua família de origem (inclusive violenta ou negligente) e os vínculos entre os membros antes da revelação do abuso sexual. Solicitou-se também sua percepção acerca de eventuais mudanças de vínculos após a revelação do abuso sexual, além de demais eventos como separações, divórcios, mortes, doenças e/ou novos membros. Para tanto, foram utilizados os símbolos propostos por Wendt e Crepaldi (2008), especialmente relativos aos vínculos e padrões de interação familiar (Anexo A), e seguiu-se as seguintes etapas, conforme sugestão de Crepaldi, Moré e Schultz (2014):

1) Etapa de preparação para a aplicação

Esta etapa aconteceu concomitantemente à preparação para a entrevista, pois diz respeito à escolha de local de aplicação do instrumento, privilegiando um espaço tranquilo, no qual as participantes se sentissem acolhidas e à vontade. Também previu o estabelecimento do *rapport* com as participantes e informações sobre os procedimentos éticos ao participar voluntariamente da pesquisa.

2) Etapa de aquecimento / Estimulação da memória e reconhecimento do desenho do Genograma e dos símbolos a serem utilizados

Esta etapa serviu como aquecimento para estimular as memórias sobre a família, com os respectivos integrantes, os tipos de interação entre eles e os eventos que marcaram a vida dos mesmos. Com o uso de uma folha branca de cartolina de 50cm x 30 cm, lápis, borracha e canetas coloridas, foi possível à pesquisadora desenhar o mapa da família da participante a partir de sua narrativa, sendo que ambas puderam visualizar adequadamente o desenho. Os símbolos mais comuns utilizados na construção do Genograma, como sexo das pessoas desenhadas, uso de drogas ou álcool, morte, além dos respectivos símbolos de relacionamento, foram impressos e compartilhados com as participantes, solicitando que elas escolhessem os que consideravam mais apropriados quando indagadas a respeito.

3) Aplicação propriamente dita

Para esta etapa foi elaborado um roteiro (conforme consta no Apêndice B), com instruções claras e simples, questionando acerca das peculiaridades dos integrantes da família, tais como posição na fratria, funções e características específicas. Conforme previsto pelas autoras Crepaldi, Moré e Schultz (2014), esta etapa provocou uma série de lembranças e comentários sobre as relações entre os membros familiares, enriquecendo as narrativas. As autoras também apontaram a necessidade de alternar os questionamentos e fazer comentários empáticos quando necessário, observando-se cuidadosamente os comentários verbais e os sinais não-verbais indicativos de incômodo, haja vista que este instrumento, ao esclarecer padrões e acontecimentos familiares, pode e de fato trouxe sofrimento a algumas participantes.

4) Etapa de conclusão de aplicação do Genograma

Após a conclusão da aplicação do Genograma convidou-se as participantes a observarem o produto do trabalho realizado, solicitando que verbalizassem suas impressões e reflexões sobre ele e a experiência de construí-lo. Esta etapa se revelou de grande importância, pois possibilitou a integralização dos dados presentes no Genograma por meio de comentários e complemento de informações, sendo que foram comuns reações de surpresa, satisfação ou reflexão.

Com cada participante foi realizada primeiramente a entrevista e logo em seguida a construção do Genograma, já que o primeiro serviu para subsidiar a construção do segundo, à medida que possibilitou à participante e à pesquisadora perceber e organizar de maneira clara as

pessoas que foram citadas no discurso da mãe. Tal disposição de aplicação dos instrumentos se revelou adequada já que, como o roteiro de perguntas continha questões específicas sobre o abuso sexual que mobilizaram emocionalmente a maior parte das mães, o Genograma teve efeito tranquilizador e reflexivo, permitindo à mãe um fechamento do assunto abordado e seu fortalecimento ao término da coleta de dados. Lordello e Costa (2013) apontam que nas pesquisas de cunho qualitativo sobre a temática da violência sexual, apesar do difícil acesso ao conteúdo, ao narrar sua história o participante sente-se acolhido e não raro, apresenta reflexividade notável na fala, quando verbaliza insights não revelados anteriormente para si, sendo que nestes casos a narrativa pode ter o efeito da intervenção.

É importante destacar que antes de ir a campo a pesquisadora principal foi treinada por outra pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina com reconhecida experiência de aplicação dos instrumentos e técnicas citados, de forma a possibilitar a adequação das perguntas e postura da pesquisadora perante as participantes e minimizar prejuízos a elas.

2.5 Procedimentos éticos e de coleta de dados

A coleta de dados teve início em abril/2015 e término em setembro/2015. O CREAS I, local em que ocorreu a maior parte da coleta de dados desta pesquisa, é também o local de trabalho da pesquisadora há 3 anos. Assim, a mesma já estava familiarizada com a rotina e processos de trabalho, além de vinculada com a equipe de profissionais, arranjo que facilitou o acesso às participantes. Esta aproximação prévia do campo de pesquisa provavelmente impediu o estranhamento das profissionais que a presença da pesquisadora poderia causar, evitando a paralisação da pesquisa pela falta de compreensão dos integrantes inseridos no contexto.

Após o projeto desta pesquisa ter sido aprovado pela banca examinadora de exame de qualificação da Universidade Federal de Santa Catarina em dezembro/2014, realizou-se uma reunião com a Gerente de Média Complexidade e a Diretora de Proteção Social Especial da Assistência Social do município a fim de explicar os objetivos e trâmites da pesquisa, sendo que ambas autorizaram a realização do estudo nas instituições citadas anteriormente.

Com tal autorização legitimada, o projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina/SES, conforme

previsto na resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, e aprovado sob o parecer consubstanciado número 1002922. Em seguida, com o auxílio dos profissionais do serviço administrativo, a pesquisadora fez um levantamento dos casos de abuso sexual que estavam em atendimento nos PAEFI dos CREAS I e II e se reuniu com os técnicos das duas instituições para explicar o objetivo do estudo e solicitar sua mediação com as possíveis participantes.

Após listar as possíveis participantes a pesquisadora se reuniu com as duas técnicas de referência que atendiam as respectivas famílias, que a esclareceram acerca de quais mães estariam aptas a participar do estudo, de acordo com os critérios pré-estabelecidos. O contato inicial com as participantes foi realizado pelas técnicas que já atendiam a família, de forma a evitar estranhamentos e desconfianças. O convite às mães foi realizado de duas formas, conforme disponibilidade e preferência das técnicas que as atendiam: no caso de seis participantes, o convite para participar da pesquisa foi feito no final do atendimento com as mesmas; nos seis casos restantes, as técnicas entraram em contato com as participantes por telefone.

Em ambos os tipos de abordagem (pessoalmente ou por telefone) as técnicas mencionavam que havia uma psicóloga que estava realizando um estudo com mães que tiveram um filho ou filha que vivenciou situação de abuso sexual, questionando se teriam interesse em participar do mesmo e solicitando autorização para repassar o seu contato telefônico à pesquisadora. Como esta trabalha no mesmo local que as técnicas do PAEFI do CREAS I, no caso das mães abordadas ao final do atendimento as mesmas já lhe foram apresentadas. No caso das outras seis mães participantes, a primeira abordagem foi realizada por telefone. Em todos os casos a pesquisadora se apresentava, explicava às mulheres o objetivo da pesquisa e as convidava a participar do estudo. Mediante aceite, era agendada data, horário e local, conforme escolha e disponibilidade da participante.

Antes de iniciar a coleta de dados, pôde-se ter acesso aos prontuários, em que estavam os boletins de ocorrência, laudos e relatórios de atendimentos anteriores. A leitura prévia do prontuário contribuiu para que se pudesse ter maior compreensão sobre o histórico da denúncia e do atendimento, entre outros aspectos da dinâmica familiar que poderiam não surgir no momento da aplicação das técnicas e instrumentos citados, além de contribuir para a preparação da

pesquisadora para ouvir os relatos impactantes que poderiam aparecer no decorrer da entrevista.

Antes da realização da entrevista e do Genograma com as mães selecionadas para este estudo, aplicou-se os mesmos com uma mãe da amostra em um “estudo de sensibilização” (Moré, 2015), a fim de, se houvesse necessidade, refinar os procedimentos, partes dos instrumentos ou corrigir demais lacunas que não foram previamente imaginadas. Percebeu-se que os instrumentos estavam adequados e não houve alterações no conteúdo das perguntas, apenas foi acrescentado o item “filhos” no campo do autor da violência e “tempo de relacionamento atual” no roteiro de caracterização da participante. Diante da relevância dos dados obtidos em relação aos objetivos da presente pesquisa, optou-se por incluir esta primeira entrevista no estudo, que constou como Participante 1 (P1).

As entrevistas foram realizadas em local conforme a escolha das participantes, apenas com a orientação às mães que se tratasse de local calmo em que elas pudessem se expressar aberta e tranquilamente (e assim também garantir uma acústica adequada para gravação dos dados em áudio). Como os CREAS possuem salas adequadas que garantiriam o sigilo e conforto para as participantes, estes espaços foram oferecidos e nove participantes escolheram ser entrevistadas no respectivo CREAS em que eram atendidas. Outras duas mães preferiram ser entrevistadas em suas casas e uma mãe escolheu seu local de trabalho (uma clínica) para a entrevista. Tais espaços que eram familiares para as mães revelaram-se afortunados para a coleta de dados, evitando deslocamentos ou maiores impactos em suas rotinas, além de propiciar sentimento de segurança e bem-estar às mesmas.

No momento inicial da entrevista reforçou-se para as participantes o que já havia sido dito no contato telefônico: que se tratava de uma pesquisa de mestrado e que os resultados poderiam ajudar outras mulheres que tivessem filhos (as) que passaram por situação de abuso sexual. Esta conversa inicial ocorreu para que se estabelecesse uma primeira aproximação com as participantes, deixando-as à vontade para falar em um ambiente acolhedor e confiável. De acordo com a resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, informou-se ainda sobre a participação voluntária, os riscos que poderiam haver e a garantia de anonimato, sigilo e privacidade, como o uso de nomes fictícios, a fim de preservar a identidade. As participantes também foram informadas sobre a possibilidade de desistência em qualquer fase da pesquisa, da divulgação dos resultados e do direito a

informações e esclarecimentos sobre a pesquisa pelo contato telefônico fornecido. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C) no qual estavam explicitadas todas as informações foi lido, e após concordância integral do Termo, este foi assinado por ambas em duas vias, uma para a pesquisadora e outra para a participante.

Cabe mencionar que tanto no decorrer da entrevista como na construção do Genograma houve, em diferentes momentos, mobilização emocional de nove das 12 participantes. Em cumprimento aos procedimentos éticos, em todos os casos a pesquisadora acolheu as mulheres e questionou-as sobre se gostariam (ou não) de seguir com a entrevista, dando a oportunidade de continuar em outro momento ou mesmo de encerrar a coleta. Em todos os casos as participantes optaram por continuar a entrevista.

Ao final da coleta de dados, quando abordadas sobre como se sentiram ao participar do estudo, 11 mulheres responderam que se sentiram bem em compartilhar as experiências vividas e que esperavam ajudar outras mães e profissionais com seus relatos, mesmo considerando os momentos de desgosto ao longo da entrevista e construção de Genograma. Uma das mães ressaltou que o sentimento de bem-estar foi propiciado por saber que seu discurso seria sigiloso, comparando que não teria essa vantagem ao compartilhar sua vivência com alguém da família. Uma das mães relatou mal-estar ao final da coleta de dados e foi prontamente atendida pela psicóloga de referência do caso, que era também a pesquisadora. Ao longo de todo o processo de coleta de dados buscou-se tornar o encontro um momento de escuta e conversação sobre o abuso sexual vivenciado por seus filhos e sobre os relacionamentos construídos entre os membros familiares, de forma respeitosa e ética.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio com o consentimento das participantes e transcritas de forma literal posteriormente. O processo de coleta de dados (Entrevista Semiestruturada e Genograma) teve duração de 17 horas e 40 minutos de gravação, sendo o tempo mínimo 48min e máximo 2h33min para cada abordagem. Todas as entrevistas foram transcritas respeitando as pausas, choros, risos, gírias, reformulações de frases, palavras monossilábicas e inacabadas, narradas pelas participantes.

Em consonância aos procedimentos éticos, de modo a preservar os nomes das participantes e manter o sigilo de suas informações, cada uma das 12 mães está identificada na discussão dos resultados pela letra

P seguida do número estabelecido pela ordem de entrevista (P1, P2, P3 e assim sucessivamente).

2.6 Organização e análise dos dados

Posteriormente à transcrição das entrevistas foram realizadas leituras sucessivas das narrativas e dos desenhos dos Genogramas com vistas a que a pesquisadora pudesse se familiarizar com os dados e compreender o significado das falas apresentadas pelas participantes. Os dados obtidos por meio das técnicas e instrumentos citados foram organizados e analisados com base na Teoria Fundamentada nos Dados, proposta por Strauss e Corbin (2008). Inicialmente realizou-se a codificação aberta, que consiste na separação dos dados em partes com aspectos comuns ou semelhantes, assim como das características diferenciais entre todos os dados obtidos. Em seguida foi feita a codificação axial, pela qual os elementos identificados na codificação aberta foram reagrupados de forma a possibilitar a relação das categorias com as subcategorias de análise de acordo com suas especificidades. Por meio da codificação seletiva, os dados foram integrados e refinados com base nos itens identificados, possibilitando relacionar as subcategorias e elementos de análise que contribuíram para a sustentação das categorias principais. Finalmente, com base nas narrativas provenientes da entrevista semiestruturada, do Genograma e da literatura apresentada, as categorias foram nomeadas conforme os pontos centrais encontrados na análise dos dados, auxiliando na descrição e compreensão do fenômeno central da presente pesquisa.

Com relação a análise dos dados obtidos por meio do Genograma, impende destacar que os símbolos utilizados pela pesquisadora nos mapas familiares foram submetidos a uma análise de juízes. Foi solicitado a duas terapeutas de formação sistêmica e pesquisadoras do laboratório de pesquisa responsável por este estudo, que lessem três transcrições de entrevistas na íntegra e visualizassem os Genogramas construídos, assinalando as concordâncias e discordâncias acerca dos símbolos utilizados para classificar as relações familiares (conforme as definições de Wendt e Crepaldi, 2008). Posteriormente, compararam-se os símbolos dos padrões relacionais atribuídos pelos juízes a cada família e calculou-se que o índice de concordância entre eles para cada uma das famílias foi de 80%, 93% e 94%, respectivamente (Apêndice D). Desta forma, constatou-se que os símbolos utilizados nos Genogramas desta pesquisa estavam de acordo com os previstos na literatura.

Todo o processo de análise de dados foi facilitado por meio da utilização do software Atlas-ti 7.5.7, programa destinado à análise de dados qualitativos, que possibilitou a organização e sistematização de grande quantidade de informação, estabelecimento de categorias e conexões entre elas (Muhr, 2004). A construção gráfica dos Genogramas foi realizada no software Genopro 3.0.0.5, que permitiu o desenho da estrutura de cada família com os respectivos membros, além dos vínculos existentes entre eles.

Ao final do processo de análise percebeu-se que o conjunto de categorias construídas a partir da narrativa das participantes respondia aos objetivos propostos e contribuíram para a compreensão do fenômeno central estudado. Cabe ressaltar que as categorias foram organizadas de maneira a evidenciar os aspectos similares mas também as particularidades advindas das vivências das participantes, dando forma à complexidade das diferentes facetas do fenômeno do abuso sexual infanto-juvenil.

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo, que contempla os principais resultados deste estudo, está dividido em duas partes. Na primeira delas apresenta-se as características sociodemográficas das participantes e dos autores da violência, a fim de auxiliar na contextualização dos dados da pesquisa. A segunda parte, que decorre do processo de codificação aberta, axial e seletiva a que foram submetidas todas as narrativas, refere-se às categorias, subcategorias e elementos de análise que as compõem, juntamente com as definições de cada categoria.

3.1 Caracterização sociodemográfica das participantes da pesquisa

A caracterização das participantes do estudo e dos autores da violência é explicitada nos dois quadros que seguem, sendo que os dados que compõem tal caracterização são advindos de questionário aplicado na primeira parte das entrevistas.

O Quadro 1 apresenta dados sociodemográficos referentes às participantes. Observa-se que as idades das mães variaram entre 27 e 68 anos, com média de 42,5 anos. Com relação a escolaridade, cinco não tinham completado o ensino fundamental, quatro estudaram até o ensino médio, duas fizeram ensino técnico e apenas uma cursava o ensino superior. No tocante à crença religiosa, quatro se declararam evangélicas, três católicas, duas espíritas, uma umbandista e duas afirmaram não ter religião. As ocupações profissionais das participantes variaram entre professora, dona de casa, manicure, cabelereira, terapeuta, empresária e funcionária da área de limpeza, sendo que das 12 participantes, três estavam desempregadas e duas afastadas por motivo de saúde. A renda familiar variou entre sem renda alguma (uma mãe vivia de doações dos familiares) e R\$ 5.000,00, com média de R\$ 1.683,33 por família, ou seja, dois salários mínimos.

Questionadas acerca de seu estado civil, uma das participantes declarou ser solteira, uma estava namorando, uma era viúva, três estavam separadas e seis declararam estar casadas à época da coleta de dados. Das 12 participantes, quatro tiveram filhos (as) que foram abusados sexualmente por seu companheiro, que era pai ou padrasto da criança ou adolescente em questão. O tempo que estas mulheres se relacionaram com o autor da violência variou entre seis e 20 anos.

Quadro 1 – Caracterização sociodemográfica das participantes

Participante	Idade	Escolaridade	Religião	Ocupação / profissão	Estado Civil	Tempo de relacionamento atual	Tempo de relac. com autor viol.	Renda Familiar
1	37	Superior incompleto	Evangélica	Professora	Casada	17 anos	-	R\$ 2.400,00
2	38	Segundo grau completo	Evangélica	Desempregada	Solteira	-	-	R\$ 800,00
3	42	Fundamental incompleto	Evangélica	Dona de casa	Casada	16 anos	-	R\$ 800,00
4	39	Fundamental incompleto	Não tem	Manicure	Separada	-	-	R\$ 1.600,00
5	55	Ensino técnico	Católica	Terapeuta/ empresária	Namorando	2 anos	8 anos	R\$ 2.500,00
6	27	Segundo grau completo	Espírita	Gerente	Casada	8 anos	6 anos	R\$ 5.000,00
7	36	Segundo grau incompleto	Evangélica	Serviços gerais (licença-saúde)	Casada	9 anos	-	R\$ 2.000,00
8	41	Fundamental incompleto	Não tem	Serviços gerais (licença-saúde)	Separada	-	-	R\$ 1.100,00
9	68	Fundamental incompleto	Católica	Serviços gerais (aposentada)	Separada	-	10 anos	R\$ 1.500,00
10	42	Ensino Técnico	Umbanda	Técnica em enf. (desempregada)	Casada	21 anos	-	R\$ 1.300,00
11	28	Segundo grau completo	Espírita	Cabeleireira (desempregada)	Casada	5 anos	-	Sem renda / doações
12	57	Fundamental incompleto	Católica	Faxineira	Viúva	-	20 anos	R\$ 1.200,00

O Quadro 2, que se refere a caracterização sociodemográfica dos autores da violência, indica que as idades destes variaram entre 12 e 64 anos, com idade média de 45,9 anos, sendo que todos eram do sexo masculino. As ocupações exercidas pelos autores da violência eram garçom, empresário, taxista, vendedor, funcionário público, segurança, entregador, pedreiro, jardineiro, mestre de obras. Com exceção de um homem que estava em situação de rua, nenhum outro estava desempregado.

Observou-se que dos 13 autores⁵ de violência, 12 se tratavam de pessoa próxima da família e por este motivo considerou-se que o abuso sexual foi intrafamiliar. Cabe ressaltar que a Participante 2 inicialmente informou que o abuso foi perpetrado por um senhor conhecido da família. Posteriormente, a participante revelou que este homem frequentava sua casa com regularidade, levava diariamente a vítima para a creche/escola e que sua filha o chamava de “vô”. Tal descrição caracteriza uma função que deveria ser de proteção e referência para esta menina, e consequentemente, o abuso se configura como intrafamiliar.

Com relação ao consumo de drogas, as participantes informaram que tinham conhecimento de uso abusivo de álcool por oito dos 13 autores de violência, sendo que destes, dois combinavam o uso de álcool com cocaína ou crack. Somente uma das participantes informou que o autor do abuso não consumia qualquer tipo de droga, já que as demais (n = 4) informaram desconhecer se havia ou não uso ou abuso de substâncias psicoativas.

⁵ Apesar de haver 12 participantes deste estudo, foram considerados 13 autores de violência pois a Participante 7 mencionou que sua filha foi vítima de abuso sexual perpetrado por dois homens diferentes.

Quadro 2 – Caracterização sociodemográfica dos autores da violência

Participante	Idade autor da	Vínculo	Escolaridade	Ocupação/profissão	Usuário de drogas	Tipo de droga	Filhos
1	57	Companheiro da avó	Desconhecido	Garçom/empresário	Sem informação	-	Não
2	52	Conhecido da família	Desconhecido	Taxista particular	Sem informação	-	Sim, 1
3	23	Primo	Desconhecido	Garçom	Sem informação	-	Não
4	60	Tio	Desconhecido	Funcionário público	Sim	Álcool	Sim, 1
5	64	Padrasto	Ensino fundamental	Vendedor	Não	-	Sim, 3
6	27	Pai	Segundo grau	Segurança	Sem informação	-	Sim, 1
7	50	Companheiro da avó	Desconhecido	Entregador	Sim	Álcool	Sim, 1
	37	Tio	Desconhecido	Morador de rua	Sim	Álcool, crack, cocaína	Não
8	12	Colega de escola	Desconhecido	Estudante	Sim	Álcool	Não
9	58	Padrasto	Analfabeto	Pedreiro	Sim	Álcool	Sim, 1
10	44	Tio	Quinta série	Jardineiro	Sim	Álcool e cocaína	Não
11	53	Companheiro da avó	Primeiro grau	Pedreiro	Sim	Álcool	Sim, 5
12	60	Padrasto	Segundo grau	Mestre de obras	Sim	Álcool	Sim, 5

A realização das entrevistas permitiu ainda a construção de sínteses referentes a cada uma das histórias das participantes (Apêndice E). Estas sínteses permitiram à pesquisadora integrar os dados oriundos dos Genogramas à elementos das histórias de vida das mães, subsidiando as análises que se seguem e integrando os dados obtidos.

3.2 Apresentação das categorias, subcategorias e elementos de análise

A partir das codificações aberta, axial e seletiva dos dados emergiram seis categorias centrais, além de suas respectivas subcategorias e elementos de análise. Tal processo foi estabelecido com base nas regularidades temáticas presentes tanto nas narrativas das participantes quanto nos Genogramas, considerando aspectos previamente apontados na literatura. Coerente ao posicionamento epistemológico deste estudo, o processo de leitura dos dados e construção das categorias e subcategorias foi realizada de forma recursiva, sendo aperfeiçoado a partir de diferentes olhares em momentos distintos.

Quadro 3 – Apresentação das categorias, subcategorias e elementos de análise

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	ELEMENTOS DE ANÁLISE
1. SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL (Conjunto de elementos referentes a como as mães compreendem o fenômeno da violência sexual de forma geral e nas relações familiares)	1.1 Abuso sexual	- Como violação de direitos - Como agressão, invasão, desrespeito - Como trauma insuperável
	1.2 Abuso sexual infanto-juvenil	- Como vivência incompatível com a infância - Como doença / transtorno mental do autor do ASI - A partir dos sentimentos e

		impactos gerados
	1.3 Estereótipos sociais no contexto do abuso sexual infanto-juvenil	<ul style="list-style-type: none"> - A criança não mente sobre isso - Algo que nunca iria acontecer com a família - Impunidade e falta informação para os leigos sobre o ASI - Mudanças na visibilização do fenômeno
	1.4 Estereótipos de gênero no contexto do abuso sexual infanto-juvenil	<ul style="list-style-type: none"> - O pai está acima de qualquer suspeita - O sexo é uma necessidade biológica do homem - Proximidade física é uma razão de suspeita - A criança/adolescente é quem provoca a situação
2. O PROCESSO DE REVELAÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL (Descrição dos principais aspectos relativos ao abuso sexual observados pelas mães antes, durante e após a revelação da violência)	2.1 Observando indicadores no comportamento da criança	<ul style="list-style-type: none"> - Auto e hetero-agressividade, agitação, rebeldia - Isolamento / evitação de contatos, pessoas ou lugares - Mudança de hábitos de higiene e autocuidado - Mudanças de humor e pesadelos - Encoprese/ dor ao evacuar, dor de cabeça, andar com dificuldade - Evasão escolar /

		faltas - Vergonha do corpo e preocupação com puberdade
	2.2 Observando indicadores no comportamento do autor do abuso sexual	- Hipersexualidade - Naturalização do incesto - Preocupação com relação ao contato da criança / adolescente com outras pessoas - Violência Física e ameaças contra a criança/ adolescente e/ou a mãe - Nenhum comportamento suspeito
	2.3 Descobrimo o segredo	- Proposital ou acidental - Descrição do ASI por parte da criança ou de terceiros
	2.4 Tomando providências	- Compartilhar a situação com rede de apoio / família - Confrontar o autor do ASI - Buscar ajuda na rede de suporte social / institucional
3. REAÇÕES FRENTE A REVELAÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL (Principais reações dos envolvidos na situação de abuso sexual)	3.1 Da mãe frente a descoberta	- Produção de sintomas físicos e emocionais - Alívio quando não houve penetração - Ambivalência / dúvida - Rompimento com o

		autor do ASI
	3.2 Da rede familiar	<ul style="list-style-type: none"> - Descrédito - Crédito e apoio - Ambivalência - Agressão ao autor do ASI - Agressão/ameaças à criança e a mãe
	3.3 Do autor do abuso sexual	<ul style="list-style-type: none"> - Negar ou confirmar o ASI - Ameaçar a mãe ou a criança
4. CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL PARA OS MEMBROS FAMILIARES E SEUS VÍNCULOS (Efeitos observados nos principais envolvidos na situação de abuso a nível individual e relacional)	4.1 Para as mães e seus relacionamentos	<ul style="list-style-type: none"> - Transtornos psíquicos, afastamento laboral e dos estudos - Desconfiança das pessoas, pensamentos suicidas/homicidas - Revivência do próprio abuso e/ou não conseguir ter relação sexual - Superproteção ou aproximação dos filhos - Rompimentos, conflitos e distanciamentos - Responder a processo judicial por conivência
	4.2 Para a criança ou adolescente abusado	<ul style="list-style-type: none"> - Afastamento do lar - Sentimentos negativos, isolamento ou medo de ficar/dormir sozinha

		<ul style="list-style-type: none"> - Gravidez ou reações adversas ao tratamento profilático a DST's no hospital - Receio quanto ao sexo ou comportamento hipersexualizado - Criação de alianças, rompimentos e distanciamentos
	4.3 Na família da criança ou adolescente abusado (a)	<ul style="list-style-type: none"> - Rompimento com / afastamento do autor do - Afastamento laboral e alcoolismo - Perda de patrimônio - Distanciamento (das filhas) e coalizão - Conflitos entre o casal e separações - Prisão
5. ENFRENTAMENTO DO ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL (Conjunto das estratégias de enfrentamento adotadas pelas mães)	5.1 Aspectos facilitadores	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio familiar / comunitário / institucional - A sobrevivência da criança ao abuso e convivência com os filhos - Crença religiosa / trabalho e cuidado com a saúde - Outras famílias que passaram pela mesma vivência

		- Conselhos para outras mães no enfrentamento à violência
	5.2 Aspectos dificultadores	- Isolamento - Negação / evitação - Falta de rede de apoio familiar e social - Restrição do tema ao âmbito doméstico
<p>6. DINÂMICA RELACIONAL FAMILIAR (Aspectos alusivos aos padrões relacionais e às vivências significativas nas famílias de origem e nuclear)</p>	6.1 Estrutura familiar	- Diferentes arranjos familiares - Regras, hierarquias e comunicações naturalizadas
	6.2 Padrões relacionais e vivências na família de origem das mães	- Relacionamentos conflituosos entre os pais ou violência conjugal - Relacionamentos harmônicos com os pais e irmãos - Relacionamentos conflituosos, distantes ou vulneráveis com os pais e irmãos - Violência, abandono, trabalho infantil, privação de alimentos - Alcoolismo e uso de drogas - Situação de rua - Repetição da história familiar
	6.3 Padrões relacionais e vivências	- Vivência de abandono,

	na família de origem dos companheiros	violências, trabalho infantil - Situação de rua - Alcoolismo - Relacionamentos conflituosos e vulneráveis - Violência conjugal - Rompimentos e distanciamentos
	6.4 Padrões de relacionamento no núcleo familiar	- Violência conjugal e relacionamento conflituoso com o companheiro - Relacionamento conflituoso com a família do companheiro - Relacionamento harmonioso, distante ou muito estreito com os filhos
	6.5 Vivência de eventos estressores no ciclo vital concomitantemente ao abuso sexual infanto-juvenil	- Mortes e assassinatos - Abortos - Doenças e transtornos psiquiátricos - Privação econômica

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo aborda os principais resultados encontrados e a discussão dos mesmos sob formato de três artigos, objetivando ir ao encontro dos parâmetros de divulgação do conhecimento científico vigentes e agilizando o processo de compartilhamento do conhecimento produzido com a comunidade científica. Cada artigo apresentado na sequência responde a um ou mais objetivos específicos da dissertação, buscando responder ao fenômeno central sob estudo, em torno do qual foram nucleados os dados. Impende destacar que as narrativas trouxeram tamanha diversidade de dados que acabaram por ultrapassar o objetivo geral do trabalho. Estes dados serão abordados oportunamente, na construção de outros artigos.

O primeiro artigo, intitulado “A dinâmica relacional familiar e a intergeracionalidade no contexto de abuso sexual infanto-juvenil, na perspectiva materna”, teve como objetivo compreender as repercussões do abuso sexual infantil na dinâmica relacional familiar, na perspectiva materna. As categorias e unidades de análise que compõem esse trabalho referem-se ao objetivo específico de “Identificar as repercussões das situações de violência familiar nos vínculos da família de origem e do núcleo atual”.

Na sequência, o artigo “Relações entre significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil e reações de mães que tiveram filhos abusados sexualmente” objetivou compreender as relações entre os significados atribuídos ao abuso sexual infantil e as reações maternas perante a revelação. Este artigo buscou responder aos objetivos específicos “Identificar os significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil, na perspectiva materna” e “Caracterizar as reações maternas frente ao processo de revelação do abuso sexual de seus filhos”.

Por sua vez, o último artigo, intitulado “Estratégias de enfrentamento de mães que tiveram filhos abusados sexualmente”, teve como objetivo identificar aspectos presentes na dinâmica familiar e social que facilitaram ou dificultaram o enfrentamento do abuso sexual, na perspectiva das mães. A sua construção foi norteada pelo objetivo específico da dissertação referente a “Descrever aspectos presentes na dinâmica familiar e social que facilitaram ou dificultaram o enfrentamento do abuso sexual”.

Considerando que os periódicos da área aceitam para publicação somente trabalhos originais inéditos, os artigos desta dissertação foram apresentados em formato sintetizado e posteriormente poderão ser acessados na íntegra nas respectivas revistas.

4.1 Artigo 1: A dinâmica relacional familiar e a intergeracionalidade no contexto de abuso sexual infanto-juvenil, na perspectiva materna

RESUMO: O abuso sexual infantil é um fenômeno de elevada prevalência epidemiológica, causando sérios prejuízos para o desenvolvimento das vítimas. Esta violência se constrói e se sustenta em uma trama relacional em que todos os envolvidos se afetam recursivamente, em meio a uma dinâmica familiar específica. O presente estudo objetivou compreender as repercussões do abuso sexual infantil na dinâmica relacional familiar e conhecer as influências dos padrões intergeracionais na família atual, na perspectiva materna. De natureza qualitativa, esta pesquisa foi realizada com famílias atendidas em dois PAEFI/CREAS de um município da região sul do Brasil. Participaram 12 mães que estavam em atendimento psicossocial, cujos filhos foram abusados sexualmente, após pelo menos seis meses a partir da revelação do abuso sexual. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada e construção de Genograma. Os dados obtidos foram organizados e analisados utilizando os princípios da Teoria Fundamentada nos Dados, por meio dos softwares Atlas-ti 7.5.7 e Genopro 3.0.0.5. Os resultados revelaram que houve alterações nos padrões de relacionamento de todas as famílias participantes, especialmente entre as mães e crianças ou adolescentes abusados sexualmente, passando a haver superenvolvimento ou distanciamento entre filhos e mães. Foram identificados após a revelação do abuso coalizões de autores da violência com suas companheiras contra as crianças, conflitos conjugais e conflitos entre as mães e a família do autor da violência. Também foram apontados rompimentos do núcleo familiar com o autor da violência e com as pessoas tidas como coniventes, distanciamentos da família extensa, alianças e triangulações. Conclui-se a importância do reconhecimento do tensionamento dos vínculos familiares após a revelação do abuso sexual infantil e do forte componente intergeracional com relação aos padrões abusivos, por parte dos profissionais que atendem esta demanda.

Palavras-chave: abuso sexual infantil, dinâmica familiar, intergeracionalidade.

4.2 Artigo 2: Relações entre significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil e reações de mães que tiveram filhos abusados sexualmente.

RESUMO: O presente estudo objetivou compreender as relações entre as reações maternas perante a revelação e os significados atribuídos ao abuso sexual infantil. Esta pesquisa de natureza qualitativa foi realizada com famílias atendidas em dois PAEFI/CREAS de um município da região sul do Brasil. Participaram 12 mães que estavam em atendimento psicossocial e que tiveram filhos abusados sexualmente, decorridos pelo menos seis meses a partir da revelação do abuso sexual. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada. Os dados obtidos foram organizados e analisados utilizando os princípios da Teoria Fundamentada nos Dados, por meio do software Atlas-ti 7.5.7. Os resultados revelaram que mães que apresentaram reações negativas frente a revelação do abuso significam esta violência de forma ambígua, responsabilizando a criança/adolescente pela situação. Observou-se no discurso materno contradição ao significar como perigosos os contatos afetivos entre homens e crianças, enquanto ignoram indicativos consistentes da situação de abuso sexual no contexto familiar. Conclui-se sobre a importância da intervenção profissional considerar as relações entre significados do abuso sexual infantil e reações maternas, avaliando também os fatores que atuam como preditores de credibilidade ou descredibilidade frente a revelação do abuso.

Palavras-chave: abuso sexual infantil, revelação, reações maternas.

4.3 Artigo 3: Estratégias de enfrentamento de mães que tiveram filhos abusados sexualmente

RESUMO: As estratégias adotadas por mães de crianças e adolescentes que sofreram abuso sexual influenciam diretamente o tratamento das vítimas. O presente estudo objetivou identificar aspectos presentes na dinâmica familiar e social que facilitaram ou dificultaram o enfrentamento do abuso sexual, na perspectiva das mães. De natureza qualitativa, esta pesquisa foi realizada com famílias atendidas em dois PAEFI/CREAS de um município da região sul do Brasil. Participaram desse estudo 12 mães que estavam em atendimento psicossocial, cujos filhos foram abusados sexualmente, decorridos pelo menos seis meses a partir da revelação do abuso sexual. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada. Os dados obtidos foram organizados e analisados utilizando os princípios da Teoria Fundamentada nos Dados, por meio do software Atlas-ti 7.5.7. Constatou-se que o apoio das instituições de atendimento, apoio da família, dos amigos e da comunidade atuaram como facilitadores do enfrentamento materno. O conhecimento de que outras famílias também vivenciaram o fenômeno, a sobrevivência da criança ao abuso e convivência com os filhos também surgiram como aspectos facilitadores, da mesma forma que a crença religiosa e de “um sentido oculto” por trás da violência, os cuidados com a própria saúde e o envolvimento em atividades laborais. Quanto aos aspectos que dificultaram o enfrentamento da violência, foram mencionados o isolamento, a negação do fenômeno, falta de apoio familiar e restrição do assunto da violência sexual ao âmbito doméstico. Aponta-se a importância de que os profissionais que atuam nesta área incluam e fortaleçam a rede social significativa destas mães nos acompanhamentos psicossociais.

Palavras-chaves: abuso sexual, violência sexual, enfrentamento, mães.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados emergentes deste estudo indicam que o abuso sexual infanto-juvenil se configura como um fenômeno complexo que afeta tanto o ciclo vital do indivíduo que vivenciou esta modalidade de violência, como também dos demais membros familiares, com destaque para as mães destas crianças e adolescentes. A análise das narrativas das mães traz à tona uma diversidade de aspectos intergeracionais, que por sua vez permeiam significados que atribuem à violência sexual, sustentam suas reações e influenciam as estratégias que desenvolvem em seus processos de enfrentamento.

Ancorado no pensamento complexo, este estudo compreendeu o abuso sexual infanto-juvenil de maneira dialógica, superando uma visão unidirecional ou parcial do fenômeno. Com isso, percebeu-se que o abuso sexual infanto-juvenil incide envolto a uma trama relacional, onde dois âmbitos contextuais se destacam: o contexto privado, onde esta violência se constrói e se sustenta, e também o contexto público, representado por toda a cultura e a rede social significativa, que por sua vez pode alimentar ou quebrar o silêncio no qual a família está imersa.

A dinâmica relacional das famílias que vivenciam abuso sexual contra suas crianças e adolescentes é permeada por relações afetivas que se sustentam em um contexto ambíguo, de mensagens e gestos não ditos, em um processo metacomunicacional que mantém o sistema familiar violento. O desafio em termos de intervenção para os terapeutas e profissionais da saúde e assistência social que atendem esta demanda é adentrar nesta trama relacional, identificando os papéis representados por cada indivíduo e problematizando formas de se relacionar que parecem cristalizadas, ultrapassando as diversas gerações da família.

No decorrer da análise verificou-se relações entre a maneira como as mães significam o fenômeno e suas reações, o que pode ser considerado um dos resultados mais significativos em termos de produção de conhecimento, tendo em vista que a revisão sistemática realizada previamente não encontrou estudos que apontassem tal relação. A identificação destas relações revela como a violência está atrelada a valores culturais que ancoram tais significados, e consequentemente, práticas e costumes violentos. Os profissionais que trabalham com estas famílias devem desvendar e transpor os significados permeados por estereótipos sociais e de gênero,

possibilitando a ressignificação do fenômeno e a tomada de atitude protetivas por parte das mães.

As estratégias de enfrentamento desenvolvidas pelas participantes revelam aspectos dificultadores e facilitadores que podem ser utilizados na intervenção profissional, fortalecendo as estratégias mais adaptativas e ajustando as estratégias menos eficazes. Considerar tais aspectos nas respectivas propostas de atendimento e projetos terapêuticos pode auxiliar a sustentar as práticas profissionais, bem como fornecer subsídios importantes para delineamentos de programas preventivos e assistenciais.

Em termos metodológicos destaca-se o uso do Genograma, instrumento ainda pouco utilizado nos estudos sobre a temática, conforme constatado em recente revisão sistemática. Tal instrumento permitiu vislumbrar as formas de relacionamento entre os membros da família, evidenciando repetições de padrões interacionais, destacando os efeitos da violência sexual nestas relações e enriquecendo os dados obtidos na entrevista.

Considera-se que no contexto de pesquisas relacionadas a violência é fundamental uma preparação prévia dos pesquisadores à aplicação das técnicas e instrumentos selecionados, tal como ocorreu neste estudo. O conhecimento antecedente sobre os instrumentos, aliados à experiência clínica e o *roleplaying* vivenciado antes da ida ao campo potencializaram a coleta de dados, pois as participantes se engajaram ativamente na proposta, mantendo o foco no tema. Isto também permitiu que a pesquisadora pudesse acolher o processo de mobilização das mães ao falar sobre suas histórias de vida e sustentar a ética que é imprescindível ao adentrar as tramas relacionais. Outro aspecto que cabe reflexão ao término deste estudo diz respeito ao acesso às participantes, o qual foi facilitado por estarem vinculadas a uma instituição de referência que mediou o primeiro contato e possibilitou o convite para que participassem do estudo.

Tendo em vista que a coleta de dados foi realizada na região sul do Brasil, que por sua vez possui uma rede institucional reconhecidamente diferenciada, além de especificidades culturais e sócio-econômicas, faz-se necessário ponderar as particularidades do estudo que se assentaram nestas características. Também se ressalta que a violência, pela própria dinâmica que se ancora no isolamento e fronteiras enrijecidas, dificulta o acesso aos participantes. Por este motivo, estima-se que as mães que aceitaram participar deste estudo

possivelmente são mães mais motivadas e que, de forma geral, tomaram atitudes protetivas, o que não reflete o universo das mães de crianças e adolescentes abusados sexualmente. Ainda assim, considera-se que este estudo traz reflexões importantes que são transversais a qualquer contexto quando se aborda o fenômeno objeto deste trabalho.

Tendo ciência da dificuldade de acesso à participantes que passaram por esta vivência, foram ouvidas todas as mulheres que estavam vinculadas a instituição e que aceitaram participar do estudo, delimitando um tempo mínimo (6 meses) decorrido entre a revelação do abuso sexual e a entrevista, mas não tempo máximo. Desta forma, em um dos casos entrevistados já havia se passado 20 anos desde a revelação, o que pode ter prejudicado a evocação de algumas lembranças por parte da participante. Avalia-se que o critério de tempo máximo possa ser incluído em estudos futuros, a fim de possam ser analisados efeitos da revelação em diferentes estágios de desenvolvimento da família. Em consonância a este objetivo, torna-se imperativo a realização de estudos longitudinais, mesmo tendo ciência da imensa dificuldade com relação à política de acompanhamento e acesso a estas pessoas.

Sugere-se, ainda, que estudos futuros incluam diferentes participantes, como os pais não abusivos e demais cuidadores que também podem ser referência para as crianças e adolescentes vitimizados. Com relação às participantes que são mães, recomenda-se que outras pesquisas aprofundem o conhecimento acerca das redes sociais significativas das mesmas, dado que este estudo revelou como estratégico para o processo de enfrentamento materno e consequente prognóstico da criança/adolescente. Faz-se necessário a aplicação dos critérios, técnicas e instrumentos desta pesquisa em outros contextos brasileiros e internacionais, com vistas a estabelecer diferenças e aproximações de resultados.

Ao término deste trabalho, destacam-se os desdobramentos do contexto acadêmico sobre a atuação profissional e pessoal da pesquisadora, já que os resultados encontrados surpreenderam e ampliaram as reflexões e possibilidades de estratégias profissionais. Ao longo do processo de coleta e análise de dados evidenciou-se a necessidade do constante processo de avaliação e ressignificação, quando se trabalha no contexto da violência familiar. Em termos pessoais, por se tratar de temática insidiosa, revelou-se a importância de constantes cuidados com a saúde mental dos interlocutores que

permitiram compreender o fenômeno, auxiliando a manter a fronteira entre campo pessoal e profissional e prevenindo o adoecimento. Finaliza-se este trabalho com a fala de uma das participantes que traz à tona a importância dos profissionais que atuam no enfrentamento a violência sexual infanto-juvenil, pela qual a pesquisadora tem incomensurável gratidão:

Então a gente tá nesse suporte. **Toda vez que eu vou nessas pessoas que me ouvem, com tanta paciência, na verdade, né, vai tirando a dor.** É dolorido lembrar e falar. Mas depois eu vou ficar melhor, né. Eu vou chegar em casa, vou tomar um banho, vou chorar mais um pouco, mas amanhã eu vou tá bem melhor. Eu vou levantar, eu vou sorrir, eu vou trabalhar... **porque alguém me ouviu.** (P1, 37 anos)

6. REFERÊNCIAS

- Aspesi, C. C., Dessen, M. A. & Chagas, J. F. (2005). A ciência do desenvolvimento humano: uma perspectiva interdisciplinar. In: M. A. Dessen & A. L. Costa Junior (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 19-36). Porto Alegre: Artmed.
- Baía, P. A. D., Magalhães, C. M. C., Veloso, M. M. X. (2014). Caracterização do suporte materno na descoberta e revelação do abuso sexual infantil. *Temas em Psicologia*, Vol. 22, nº 4, pp. 691-700.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.
- Brasil (2002). *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- Brasil (2009). *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 25/11/2009.
- Brasil (2012). *Ministério da Saúde*. Resolução nº 466/12 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Brasil (2015). Balanço das Denúncias de Violações de Direitos Humanos de 2015. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. *Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos*. Brasília, 2015.
- Brasil (2016a). *Registro Mensal de Atendimentos da Secretaria Nacional de Assistência Social*. Material disponibilizado pelo Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) mediante solicitação on-line, em 25/02/2016.
- Brasil (2016b). Censo SUAS 2015: resultados nacionais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Coordenação-Geral de Vigilância Socioassistencial*. Brasília, março de 2016.
- Breakwell, G. M. (2010). Métodos de entrevista. In: Breakwell, G. M., Hammond, S., Fife-Schaw, C. & Smith, J. *Métodos de pesquisa em psicologia*, pp. 238-259. 3ª ed. Porto Alegre, Artmed.

- Cantelmo, C. A. & Costa, L. F. (2014). Genograma no estudo da violência. In: Cerveny, C. M. O. (2014). *O livro do genograma*, pp.105-130. São Paulo: Roca.
- Cerveny, C. M. O., Berthoud, C. M. E., Coelho, M. R. M. V. P. & Oliveira, A. L. (2002). *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Costa, L. F., Penso, M. A. & Almeida, T. M. C. (2007). Famílias com abuso sexual infantil: o dilema entre a mudança e a cristalização de influências transgeracionais. In: C. M. O. Cerveny (Org.), *Família em Movimento* (pp. 203-226). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Crepaldi, M. A., Moré, C. L. O. O. & Schultz, N. C. W. (2014). Genograma na pesquisa qualitativa. In: Cerveny, C. M. O. (2014). *O livro do genograma*, pp.197-210. São Paulo: Roca.
- Furniss, T. (2002). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. (M. A. V. Veronese, trad.). 2ª reimpressão. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Fuster, E. G. (2002). *Las víctimas invisibles de la violencia familiar: el extraño iceberg de la violencia doméstica*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S. A.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas.
- González-Rey, F. L. (2002). *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Guest, G., Bunce, A., Johnson, L. (2006). How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. *Field Methods*, Vol. 18, No. 1, February 2006, pp. 59–8.
- Habigzang, L. F., & Caminha, R. M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348.
- Habigzang, L. F., Ramos, M. S. & Koller, S. H. (2011). A revelação de abuso sexual: As medidas adotadas pela rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Out-Dez 2011, Vol. 27 n. 4, pp. 467-473.

- Inoue, S. R. V. & Ristum, M. (2010). Violência sexual contra a criança: estratégias de enfrentamento adotadas pelas mães. *Interamerican Journal of Psychology*, vol. 44, núm. 3, 2010, pp. 560-570.
- Krenkel, S. (2014). *Violência familiar: dinâmica relacional das redes pessoais significativas de mulheres acolhidas em casa-abrigo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Lima, J. A. & Alberto, M. F. P. (2012). Abuso sexual intrafamiliar: as mães diante da vitimação das filhas. *Psicologia & Sociedade*; Vol. 24, nº 2, pp. 412-420.
- López, L. O. & Bartolomé, V. R. (2012). Violencia sexual contra los niños y las niñas: abuso y explotación sexual infantil. *Guía de material básico para la formación de profesionales*. Save the children, Espanha.
- Lordello, S. R. M. & Costa, L. F. A metodologia qualitativa no estudo do abuso sexual intrafamiliar. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 5, n. 2, jul. /dez. 2013, pp. 127-135.
- Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Moré, C. L. O. O. (2014). A escuta e a rede de apoio à família em situação de violência. In: Costa, L. F., Penso, M. A. & Conceição, M. I. G. (2014). *Abordagem à família no contexto do conselho tutelar*. São Paulo: Ágora
- Moré, C. L. O. O. (2015) A entrevista em profundidade ou semiestruturada, no contexto da saúde: dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação. In: Costa, A. P.; Souza, D. N.; Oliveira, E. S.; Rua, M.; Linhares, R. N.. (Org.). *ATAS: Investigação qualitativa nas Ciências Sociais*. 1ª ed. Lisboa - Portugal: Ludomedia - Portugal, 2015, v. V3, pp. 126-131.
- Morin, E. (2011). *Introdução ao pensamento complexo*. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina.
- Muhr, T. (2004). ATLAS/ti the knowledge workbench. V 5.0 Quick tour for beginners. Berlin: *Scientific Software Development*.
- Newcomb, M. D. & Locke, T. F. (2001). Intergenerational cycle of maltreatment: a popular concept obscured by methodological limitations. *Child Abuse & Neglect*, 25, pp. 1219-1240.
- Olabuénaga, J. I. R. (2009). *Metodología de la investigación cualitativa*. Universidad de Deusto, Bilbao.

- Penso, M. A. & Neves, V. L. (2008). Abuso sexual infantil e transgeracionalidade. In: M. A. Penso & L. F. Costa (Orgs.), *A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção* (pp. 123-142). São Paulo: Summus.
- Ribeiro, M. A., Ferriani, M. G. C., & Reis, J. N. (2004). Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(2), 456-464.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. São Paulo: M. Books do Brasil.
- Santos, S. S. (2007). *Mães de meninas que sofreram abuso sexual intrafamiliar: reações maternas e multigeracionalidade*. Dissertação de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Santos, A. C. W. (2009). *Mulheres, violência, rede de serviços de referência e suporte psicossocial*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Santos, A. C. W. & Moré, C. L. O. O. (2011). Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, nº 31 (2), pp. 220-235.
- Santos, S. S. & Dell'Aglio, D. D. (2009). Revelação do abuso sexual infantil: reações maternas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Jan-Mar 2009, Vol. 25 n. 1, pp. 085-092.
- Santos, S. S. & Dell'aglio, D. D. (2013). O processo de revelação do abuso sexual na percepção de mães. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, Vol. 15, nº 1, janeiro-abril/2013, pp. 50-64.
- Scantamburlo, N. P. (2013). *Significados atribuídos à violência conjugal na perspectiva dos cônjuges*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Scantamburlo, N. P., Moré, C. L. O. O. & Crepaldi, M. A. (2012). O processo de transmissão intergeracional e a violência no casal. *Nova Perspectiva Sistêmica*, Rio de Janeiro, n. 44, p. 35-48, dez. 2012.
- Scobernatti G. (2005). *Violência intrafamiliar: teoria e prática – uma abordagem interdisciplinar*. Pelotas: Armazém Literário.

- Scodelario, A. S. (2002). A família abusiva. In: Ferrari, D. C. A. & Vecina, T. C. C. (Orgs). (2002). *O fim do silêncio da violência familiar: teoria e prática*. 4ª ed. São Paulo: Ágora.
- Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Strauss, A., & Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. 2a Ed. Porto Alegre: Artmed.
- Sufredini, F., Moré, C. L. O. O. & Krenkel, S. (2016). Abuso sexual infanto-juvenil na perspectiva das mães: uma revisão sistemática. *Contextos Clínicos*, Vol. 9, nº 2. (no prelo).
- Vasconcellos, M. J. E. (2013). *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. 10ª ed. Campinas, SP: Papirus.
- Wanderbroocke, A. C. N. S. (2011). *A violência familiar na perspectiva de idosos e profissionais no contexto da atenção primária à saúde*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Wendt, N. C. (2006). *Fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento da criança durante a transição para a parentalidade*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Wendt, N. C. & Crepaldi, M. A. (2008). A utilização do genograma como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), pp. 302-310.
- World Health Organization, Regional Office for Africa (2004). *Child sexual abuse: a silent health emergency*. Disponível em <http://www.afro.who.int/index.php>. Acesso em 12/12/2015.
- World Health Organization (2014). *Global status report on alcohol and health* – ed 2014. Disponível em http://www.who.int/substance_abuse/publications/global_alcohol_report/en/. Acesso em 12/02/2016.
- Wotrich, S. H. (2011). *“Manifestos do coração”: significados da cirurgia cardíaca para pacientes pré e pós-cirúrgicos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

7. APÊNDICES

7.1 Apêndice A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

1. Dados de identificação e sociodemográficos:

Nome da mãe

(Iniciais): _____

Idade: _____ Nível de escolaridade:

Ocupação/profissão: _____

Número de filhos: _____ Idade(s): _____

Estado civil: () Casada - a) () *Autor da violência*

- b) () *Novo relacionamento*

- c) () *Outro (não o autor da violência)*

() Solteira

() Divorciada/separada

() Namorando

Tempo de relacionamento: _____

Renda familiar: _____

Vínculo do autor da violência com a criança:

() pai () padrasto () tio () avô () primo () outros:

Nível de escolaridade: _____ Idade: _____

Ocupação/profissão: _____

Usuário de álcool/ drogas: () Sim () Álcool () Drogas: _____ () Não

2. Aquecimento:

O atendimento no CREAS/PAEFI começou há quanto tempo? Você pode me contar como sua família foi encaminhada para atendimento aqui? Qual foi o motivo?

3. Aspectos do processo de abuso sexual vivenciado pelos filhos (as) e sua revelação:

a) A partir disso que você está me falando, quando você percebeu que algo estava acontecendo com seu (sua) filho (a)? (início do processo de revelação)

b) O que você percebeu? O que você viu? Você sentiu algo diferente acontecendo? (sintomas, características, situações que foram aparecendo relativas a criança/adolescente abusada)

c) E depois? O que mais? (outras perguntas complementares abertas que incentivem a mãe a discorrer sobre o tema)

4. Identificação das repercussões das situações de violência familiar nos vínculos da família de origem e do núcleo atual:

a) Após a revelação do abuso, como as pessoas da família lidaram com isso? (explorar as reações dos membros)

b) E a sua reação, como foi?

c) E sua relação com seu companheiro, como ficou? (explorar aspectos da relação entre o casal, inclusive aspectos da sexualidade)

d) Na sua trajetória de vida, você vivenciou violência na família? Qual tipo? (violência física, sexual, psicológica, negligência)

e) Como era a sua relação com seus pais, irmãos? (explorar aspectos da dinâmica da família de origem, mortes, doenças, separações, divórcios e outros eventos estressores, uso de álcool ou outras drogas na família de origem)

f) Como isso que aconteceu contigo (na infância, na adolescência) te influencia hoje em dia?

g) Que sentimentos ou emoções vem quando você pensa em violência na família?

5. Descrição dos significados atribuídos ao abuso sexual infantil:

a) O que é abuso sexual para você? Ou se fica mais fácil, pode me dizer uma palavra ou descrever uma situação que represente o que é abuso sexual para você.

b) E abuso sexual infantil, o que é? Podes me descrever?

6. Aspectos presentes na dinâmica familiar e social que facilitam ou dificultam o enfrentamento do abuso sexual infantil:

a) Como você enfrentou e enfrenta essa situação que aconteceu na tua família? (explorar estratégias de *coping*) Tem algo que te ajuda a enfrentar isso?

b) O que pode fazer uma mãe que descobre que isso (abuso sexual) aconteceu com seu filho? Que conselhos você daria a ela?

b) Tem alguma pessoa que te ajudou a lidar com esses sentimentos? Como ela ajudou?

Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar? Como foi participar dessa entrevista?

7.2 Apêndice B – Instruções para aplicação do Genograma

Uma das partes da minha pesquisa é a construção de um mapa familiar, onde desenhamos todas as pessoas que fazem parte da família, as relações entre elas e os acontecimentos importantes. Eu gostaria que você me ajudasse a desenhar o mapa da sua família: seus pais, irmãos e, inclusive, aquelas pessoas que não são parentes, mas que estão muito próximas e são muito íntimas de ti. A construção desse mapa dura aproximadamente 1 hora e pode ser interrompida por mim ou por você se houver necessidade. Podemos começar agora?

Para começar a fazer o desenho da sua família, gostaria que você contasse quem são as pessoas que fazem parte da família, as idades, as ocupações, as coisas boas e ruins que marcaram as famílias (núcleo atual e da família de origem) . . .

Precisamos marcar no desenho as pessoas que já faleceram ou que apresentam alguma condição especial... Você pode começar por onde quiser... Nós representamos os homens por quadrados e as mulheres por círculos.

Ao final da entrevista de aplicação do Genograma, possibilitar a mãe acrescentar mais informações que julgar necessárias ou que quiser compartilhar, retomando que este é um mapa, uma “foto” da sua família, questionando: você se reconhece nesta foto? Achas que este mapa está representando bem sua família? Tem algo que você mudaria? Tem algo que gostaria de acrescentar?

7.3 Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Psicologia

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Francieli Sufredini, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), convido-a a participar do processo de coleta de dados da minha dissertação de mestrado, sob orientação da Prof^a Dr^a Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré. Esta pesquisa tem por objetivo compreender a dinâmica relacional das famílias que vivenciaram abuso sexual infantil. Os dados obtidos com este estudo contribuirão para a compreensão de como se relacionam os membros das famílias que passam pela situação de abuso sexual contra alguma de suas crianças e como enfrentam tal situação, assim como para o aperfeiçoamento de estratégias dos profissionais que trabalham com as famílias em situação de violência, a fim de oferecer um atendimento integral.

A sua participação ocorrerá por meio do consentimento em entrevistá-la por meio de um roteiro de perguntas relacionadas ao tema da pesquisa e a construção de um Genograma, que é uma espécie de mapa familiar, onde colocamos todas as pessoas que fazem parte da família, as relações entre elas e os acontecimentos importantes. Com a sua ajuda, eu desenharei este Genograma, e com seu consentimento, gravarei as suas falas em áudio. Esses procedimentos não oferecem risco, mas poderão emocioná-la. Neste caso, você será acolhida pela pesquisadora e posteriormente pela psicóloga e assistente social que já lhe acompanham. Se tiver interesse, podemos ainda encaminhá-la a um serviço de psicologia de uma universidade do município. De forma a manter o sigilo das informações, seu nome ou quaisquer dados que possam identificá-la não serão utilizados. A sua participação é absolutamente voluntária e não remunerada e a pesquisadora estará à

disposição para qualquer esclarecimento. A sua recusa em participar da pesquisa não implicará qualquer penalidade ou prejuízo. Além disso, você poderá desistir da participação da pesquisa a qualquer momento. Os resultados da presente pesquisa serão divulgados à instituição concedente e aos participantes que tiverem interesse, após a defesa da dissertação, em data a ser agendada.

Caso possua alguma dúvida quanto aos aspectos éticos em torno do desenvolvimento desta pesquisa, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Secretaria Estadual de Saúde (SC) pelos telefones (48) 3212-1660, 3212-1644 ou pelo e-mail cepses@saude.sc.gov.br.

Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceitar participar do estudo, solicito sua assinatura em duas vias, sendo que uma delas permanecerá em seu poder. Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido junto à pesquisadora, pelos telefones (48) 3348-0896 ou (48) 3721-8214.

Francieli Sufredini
Pesquisadora principal

Profª Dra. Carmen L. O. O. Moré
Pesquisadora responsável/orientadora

Eu, _____,
declaro por meio deste documento meu consentimento em participar da pesquisa “Dinâmica relacional de famílias que vivenciaram abuso sexual infantil”. Declaro ainda, que estou ciente dos seus objetivos e métodos, consentindo que a entrevista gravada em áudio seja realizada e utilizada para a coleta de dados, bem como de meus direitos de anonimato e de desistir a qualquer momento.

Florianópolis, ____ de _____ de 2015.

Assinatura da participante da pesquisa

RG: _____

7.4 Apêndice D – Cálculo de concordância dos juízes do Genograma

Cálculo de Acordo: $\frac{\Sigma A}{\Sigma A + \Sigma D} \times 100$

Genograma 1 (P1)

Relação	Envolvidos	Juiz 1	Juiz 2	Acordo	Desacordo
Vulnerável	Pai – avó adotiva paterna	S	S	X	
	Pai – avó biológica paterna	S	S	X	
Conflituosa	Mãe – avó adotiva p.	S	S	X	
	Mãe – avó biológica p.	S	S	X	
	Mãe - pai	S	S	X	
Rompida	Criança – avó bio p. Criança – avó adot p.	S	S	X	
	Avô materno – tia e tio maternos (autor VS)	S	S	X	
Aliança	Criança - mãe	S	S	X	
Harmônica	Criança – avó bio p.	S	S	X	
	Criança – avó adot p.	S	S	X	
	Mãe – avó materna	S	Distante		X
	Mãe – avô materno	S	S	X	

Triangulação	Pai – avó adot p – avó bio p.	S	S	X	
	Pai – mãe – avó bio p.	S	S	X	
Coalizão	Avó bio p – avó adot p.	S	S	X	
Distante	Criança – pai	S	S	X	
	Irmãos – avós paternas	S	S	X	

CÁLCULO DA CONCORDÂNCIA DE JUIZES GENO 1 = 94%

Genograma 2 (P4)

Relação	Envolvidos	Juiz 1	Juiz 2	Acordo	Desacordo
Vulnerável	Mãe – tio (autor VS)	S	S	X	
	Pai – tio (autor VS)	S	S	X	
Conflituosa	Mãe – tia (esposa do autor VS)	S	S	X	
	Mãe - tio (autor VS)	S	S	X	
Violenta	Tio (autor VS) - pai	S	S	X	
	Pai - mãe	S	S	X	
Harmônica	Mãe – avô materno	S	S	X	
	Mãe – amiga	S	S	X	
	Mãe – Criança	S	S	X	

Distante	Mãe – tia falecida	S	S	X	
	Mãe – pai da filha menor	S	S	X	
	Mãe – avó da filha menor	S	S	X	
	Criança - pai	S	S	X	
	Mãe – Avó materna	S	S	X	
	Pai - irmãos	S	S	X	
	Filho - Mãe	S	Harmônico		X

CÁLCULO DA CONCORDÂNCIA DE JUIZES GENO 2 = 93 %

Genograma 3 (P6)

Relação	Envolvidos	Juiz 1	Juiz 2	Acordo	Desacordo
Distante	Mãe – avô paterno	S	S	X	
	Criança – tia paterna		S		X
Vulnerável	Pai – avô paterno	S	S	X	
	Pai – tios avós paternos	S	S	X	
	Pai – avó paterna	Rompida	S		X
Harmônica	Mãe – avós maternos	S	S	X	
	Mãe - padrasto	S	S	X	
Violenta	Mãe – pai	S	S	X	

	Pai – criança	S	Harmônica		X
	Pai - avô paterno	S	S	X	
Rompida	Pai – tia paterna	S	S	X	
	Pai – avô paterno	S	S	X	
	Pai - mãe	S	S	X	
Superenvolvimento	Mãe - criança	S	S	X	
Coalizão	Pai e criança contra mãe	S	S	X	

CÁLCULO DA CONCORDÂNCIA DE JUIZES GENO 3 = 80%

7.5 Apêndice E – Síntese das histórias

Participante 1 (P1)

P1 descobriu em 2014 que seu filho mais velho (hoje com 14 anos) foi abusado sexualmente pelo companheiro de sua avó paterna, com penetração, dos 3 aos 5 anos de idade, quando também sofria violência física e psicológica severas. Na época dos abusos este filho morava com a avó paterna e o companheiro desta. Segundo P1 e o adolescente⁶, a avó tinha conhecimento sobre os abusos e nada fez. O adolescente só revelou o abuso sexual após assistir a uma palestra sobre sexualidade na escola, sendo que neste período começou a manifestar comportamentos de autoflagelação, heteroagressividade e faltas repetidas no colégio. Até o começo do acompanhamento especializado no PAEFI/CREAS o filho de P1 não tinha controle dos esfíncteres. Após a revelação do abuso sexual do filho, P1 percebeu um distanciamento do esposo (com quem está casada há 17 anos), sendo que este manifestou ambivalência: acreditou que o filho sofreu o abuso sexual, mas não que sua mãe soubesse dos mesmos. O Genograma revelou relacionamentos harmônicos de P1 com sua família de origem, porém relacionamentos conflituosos, vulneráveis e coalizão na família de origem do esposo, sendo que a família paterna rompeu o relacionamento com o adolescente abusado sexualmente após a revelação do abuso. P1 relatou que sua irmã gêmea também foi abusada dos 12 aos 15 anos de idade pelo tio, do qual teve uma filha, sendo que à época toda sua família acreditou na menina e rompeu relações com este tio e sua esposa. O Genograma constatou ainda que a irmã do esposo de P1 foi abusada sexualmente por um outro namorado da mãe na juventude.

E fui conversando com ele, ele começou a dizer que ele tava batendo nele porque era muita pressão, era muita coisa e ele ficava com muita raiva, e ele não tinha onde soltar essas raivas. Então ele se socava no banheiro. De eu levar ele muito no Hospital, eles começaram a me questionar também (...) porque que que essa criança tava sempre quebrada.

Participante 2 (P2)

⁶ Segundo informações que constam no prontuário da família.

Em junho/2014 a filha de P2, de 8 anos de idade, revelou que estava sendo abusada sexualmente por um amigo da família que a levava diariamente para a escola de carro. Os abusos aconteciam no intervalo entre a escola (manhã) e o projeto (tarde), quando este senhor levava a criança para um apartamento emprestado e praticava sexo oral, tirava fotos e fazia vídeos da menina nua. No mesmo mês da revelação do abuso sexual a mãe de P2 faleceu, sendo que a entrevistada era bastante vinculada a mesma, culminando dois eventos estressores do ciclo vital da família. Com base nas informações fornecidas pela participante e também no prontuário familiar, constatou-se que a relação entre P2 e sua filha passou de “harmônica” a “muito estreita” após tais eventos estressores, sendo que a mãe passou a acompanhar cada passo da filha, como por exemplo, permanecendo com ela na escola, se recusando a trabalhar. A filha também não suportava ficar em casa sozinha nem quando a mãe ia apenas levar o lixo para frente do apartamento. P2, que é solteira, informou que recebeu bastante apoio de sua família após a revelação do abuso sexual, com a qual apontou no Genograma ter relações harmônicas.

E ela até disse que ele ameaçava, que não adiantava contar que eu não ia acreditar nunca nela. E é onde acontece muitas vezes, que os filhos vão contar pros pais e os pais não acreditam, acham que a criança tá inventando né? E não é por aí. A gente tem que ver, sentar, ver e conversar bem né. Então, ela me contou tudo isso e eu não hesitei. No outro dia já fui na delegacia e já registrei BO e tudo né.

Participante 3 (P3)

Uma das filhas de P3, C., de 14 anos, foi abusada sexualmente por um primo em uma viagem para a cidade de origem da família, quando este a levou para o quarto e forçou penetração vaginal, ameaçando de violência física caso contasse a alguém. O abuso só foi descoberto no retorno da família para casa, quando uma tia, estranhando que C. estava andando arqueada, questionou-a a respeito. Neste momento a adolescente verbalizou que havia sido estuprada pelo primo, sendo que em seguida a tia levou-a ao posto de saúde, onde após ser examinada foi constatado pelos enfermeiros que C. havia sido estuprada. Segundo registros do prontuário da família no Serviço de Proteção PAEFI, C. tem uma leve deficiência cognitiva, que pode ter sido um fator de risco para o abuso. No Genograma P3 apontou apenas relações harmônicas tanto em sua família de origem como na do companheiro

(casados há 16 anos), constando apenas um rompimento com os cunhados cujo filho abusou sexualmente de C. Também revelou que, além dos cinco filhos, sofreu um aborto espontâneo de gêmeos e teve outra filha que faleceu com 9 meses de idade.

Ah, aí eu entrei num desespero. Eu dizia que não podia acontecer isso. Eu pensava que nunca ia acontecer uma coisa dessas com elas. Que a gente vê na televisão coisas assim, que acontece. Aí eu me alterei, caí num desespero, né? Eu não comia nada. A gente olhava pra ela e ficava com aquele remorso, né. Daí eu peguei, levei, fui na delegacia, fiz o BO.

Participante 4 (P4)

No momento da entrevista P4 havia recém se mudado para um bairro que fica a cerca de 40km da comunidade onde cresceu e viveu por toda sua vida, em função dos conflitos com a família do ex-companheiro. Tais conflitos surgiram após a revelação da violência sexual perpetrada contra sua filha de 9 anos (à época) pelo tio paterno, sendo que este acariciava os seios e pernas da criança, ameaçando que iria matar seus pais e irmãos. Um relatório escolar confeccionado em 2013 informava que a criança apresentava “comportamentos de estresse e depressão, estando no momento muito agressiva”. Segundo P4, antes disso tinha um salão de beleza em sua casa, que ficava no mesmo terreno de vários núcleos da família do ex-companheiro. No entanto, após a revelação do abuso, não apenas o autor da violência continuou na residência, como a esposa dele teria boicotado a clientela de P4 (informando que P4 tinha HIV) e ameaçado a própria P4 e sua filha. Durante a construção do Genograma P4 revelou que ela também foi vítima de abuso sexual aos 12 anos pelo namorado de sua mãe, sendo que esta não acreditou no seu relato nem a apoiou, passando a ter um relacionamento distante e de rivalidade. P4 informou que em decorrência da violência sexual logo contraiu matrimônio com o pai de cinco de seus seis filhos com vistas a sair de casa, mesmo sabendo que o companheiro fazia uso de drogas. Ficou casada com este homem por cerca de 20 anos, sendo que o companheiro fazia uso de violência física e psicológica contra ela (assim como assistiu na sua infância seu pai fazer com sua mãe). Rompeu com ele apenas após saber que havia contraído HIV do mesmo. Um dos filhos de P4 continua vivendo com a tia e o tio que foi acusado de abusar sexualmente de sua filha.

Aí sempre que eu via ele, era briga, era briga, polícia, polícia, polícia, polícia... daí até que um dia o delegado pegou, falou pra

mim que, que eu, era melhor eu procurar um lugar assim, sair pra morar, antes que ele (o autor do abuso sexual) me matasse ou eu acabasse matando ele.

Participante 5 (P5)

A filha mais nova de P5, hoje com 17 anos, foi abusada sexualmente pelo padrasto aos 10 anos de idade, sendo que este acariciava o corpo da criança na região das nádegas e da vagina, esfregava o pênis em seu corpo, a beijava e a colocava sobre seu colo, apertando-a contra seu pênis e tocando-a na vagina. Ao descobrir, P5 imediatamente solicitou que o companheiro (com quem estava junto há 8 anos) saísse da residência. No entanto, alguns dias depois permitiu o retorno do mesmo, parte devido às ameaças que este fazia contra a vida dela e de sua filha, parte por reagir de forma ambígua com relação a revelação do abuso sexual. O autor da violência não foi afastado da residência pela polícia. No entanto, a filha de P5 foi, haja vista que seu genitor solicitou sua guarda ao saber da denúncia, mesmo sem ter vínculo ou convivência com a criança. Tal fato trouxe sofrimento à P5, que, à época, foi acusada de ser cúmplice do companheiro. Por fim, o autor do abuso sexual foi condenado a 10 anos de prisão e P5 foi absolvida – apesar de em relatório do PAEFI constar que a “genitora perpetrou violência psicológica e negligência”, por ter permitido a convivência da filha com o autor da violência após a revelação do abuso. O Genograma revelou que também P5 foi vítima de abuso sexual na juventude, além de violência psicológica perpetrada pelo mesmo companheiro que abusou de sua filha.

A revolta minha até hoje é essa. É de ter (se emociona). É isso que eu te disse que a gente não esquece. Se tivesse acontecido, depois da denúncia... quando eu vejo na televisão que fala que tem que denunciar, tem que denunciar, tem que denunciar. E aí? E denuncia, e aí? Quanto tempo você vai esperar? Até tu ter... até tudo acontecer lá fora, pode acontecer de tudo. Pode vir até a óbito. O homem pode te matar, matar a tua filha. Porque ele não vai aceitar. Ele vai te ameaçar.

Participante 6 (P6)

P6 tem um único filho, de 10 anos, que foi abusado sexualmente pelo pai biológico. O casal se separou quando este filho ainda era bebê, sendo a mãe a responsável e detentora da guarda da criança e o pai tendo direito a visitas nos finais de semanas. Em um destes finais de semanas

em que o filho estava na casa do genitor, a tia paterna da criança ouviu gemidos vindos do quarto em que o menino estava com o pai. Ao abrir a porta, viu pai e filho deitados de “conchinha” embaixo do cobertor, em pleno mês de verão. A tia gravou em áudio os gemidos e na segunda-feira seguinte mostrou a P6, que realizou a denúncia na delegacia especializada. Questionado sobre os abusos pela mãe, o menino nunca os descreveu, tampouco negou, apenas diz que não se lembra o que aconteceu. P6 diz que nunca reparou em nenhum comportamento atípico do filho que poderia estar relacionado aos abusos, exceto que era muito sensível e chorava com facilidade. As visitas ao pai foram interrompidas por um ano e autorizadas pelo juiz no mês em que P6 foi entrevistada. O Genograma revelou que a irmã do autor do abuso sexual, que foi quem revelou o abuso, também foi abusada por ele na adolescência. O instrumento ainda apontou que o autor do abuso foi abandonado pela sua mãe na primeira infância e sofreu violência psicológica por parte de seu pai – sendo que hoje pratica também esta violência contra o filho. Além disso, perpetró também violência psicológica contra P6 quando se relacionaram amorosamente, trancando-a em casa e humilhando-a. Antes da denúncia este homem tinha relacionamentos vulneráveis com a maior parte de sua família de origem, e, após, rompeu relações com a maioria dos membros familiares.

Acho que ele (filho) já sofreu muita coisa, não quero dar uma bronca nele porque ele já sofreu. Ai, eu não quero. Até meu marido, briga dele, não me meto. Tapo os ouvidos e... pra não ouvir. Porque não acho que ele mereça essa bronca. Porque ele já passou por uma coisa tão pior, tão horrível, né? Porque que tem que brigar por uma coisa idiota? Eu fico compensando assim.

Participante 7 (P7)

P7 procurou o Conselho Tutelar pois sua filha de 11 anos tinha pesadelos onde gritava e colocava a mão dentro da calça, fazendo movimentos de expulsão. Em atendimento no PAEFI confirmou-se um abuso, perpetrado pelo tio paterno, que lhe dava beijos e manipulava seu corpo. A família segue em atendimento pois há suspeitas de um segundo abuso, perpetrado pelo companheiro da avó paterna. P7 relatou que vivenciou situações de privação econômica, trabalho infantil, violência física e psicológica. Além disso, foi abusada sexualmente na sua infância e adolescência pelo irmão, pelo padrasto e pelo pai biológico. A mãe de P7, ao saber dos abusos, não manifestou atitudes protetivas. Em função disso, P7 saiu de casa com 17 anos e passou a morar nas ruas,

onde conheceu seu primeiro companheiro, usuário de drogas e traficante (atualmente em reclusão), que por sua vez também sofreu abuso sexual quando era criança. Conforme informações fornecidas na construção do Genograma, P7 se distanciou de toda sua família de origem. Em contrapartida, mantém um relacionamento muito estreito com os filhos, temendo que estes sofram outras situações de violência.

Quando eu vou lá (na praça onde passava os dias quando estava em situação de rua), começo a rir né? Porque ali... bem dizer, assim ó: “Tais louco, morar na rua!?” Foi legal! Que ali eu encontrei todo mundo ali, sabe? Tinha uma vida sofrida, gente que não queria mais sofrer, sabe? Ali eu encontrei... ninguém batia em mim, ninguém judiava de mim.

Participante 8 (P8)

O filho mais velho de P8 sofreu abuso sexual nas dependências do colégio que frequentava quando tinha 12 anos de idade, perpetrado por um adolescente da mesma idade que também ali estudava. No recreio o autor da violência sexual levava o menino e outras crianças para os fundos do colégio, sendo que todos tinham de fazer sexo oral no autor da violência, que também realizava a penetração anal, ameaçando-os de morte caso contassem à professora. Devido à grande quantidade de casos em espera para atendimento no Serviço PAEFI e a falta de profissionais, o caso de P8 e sua família esperou seis anos para ser efetivamente atendido. O Genograma revelou que P8 vivenciou trabalho infantil na família de origem, sendo que com 7 anos já era responsável pelos serviços domésticos e por cuidar dos irmãos, saindo de casa com 12 anos de idade para cuidar de outras crianças em outro município. Além disso, P8 passou por situação de violência perpetrada pelo seu pai, que era alcoolista, e presenciou violência conjugal do pai contra sua mãe. Posteriormente, também foi ela própria vítima de violência conjugal.

A diretora disse que ele levava vinho e dava pro meu filho, de certo pra ficar mais fácil, né? E dizia que tinha arma dentro da mochila. Que não era pra ele contar pra ninguém, e não falar nem pra mim nem pro pai dele.

Participante 9 (P9)

P9, avó paterna de L., é guardiã legal e cria a menina desde seus 2 anos e 5 meses de idade, sendo a referência de cuidado e proteção para L., que chama P9 de “mãe”. A justiça concedeu a guarda de L. a P9 pois

os pais, alcoolistas e usuários de drogas, eram negligentes com os cuidados de L., além de haver suspeita que a genitora abusou sexualmente da filha quando bebê. A família já era atendida no PAEFI por este motivo, quando no começo de 2015 a criança (agora com 7 anos) sofreu novo abuso sexual, desta vez por parte do companheiro da avó paterna com quem esta mantinha relacionamento amoroso há 10 anos. O companheiro da avó solicitou que L. tocasse em seu pênis, além de manipular a vulva da criança, em duas ocasiões. Quando L. revelou o abuso, P9 prontamente rompeu o relacionamento (com o qual já estava insatisfeita há anos, pois o companheiro era alcoolista e não tinham mais relação sexual). Na ocasião da entrevista (7 meses após a revelação do abuso), P9 estava em novo relacionamento amoroso. O Genograma revelou que dois dos três filhos biológicos de P9 eram alcoolistas (o que faleceu recentemente também foi usuário de crack), além de seu pai. P9 vivenciou situação de trabalho infantil, além de tentativa de abuso sexual por parte de um cunhado.

Não, nunca percebi nada! Nunca achei que ele era vagabundo. Eu tinha uma confiança dele que tu não... que achava que era uma pessoa boa, né? Porque ele via eu com a... ele ajudou a criar cinco filho da ex-mulher e nunca fez nada! Como é que agora, né? De certo tá louco o velho, sem vergonha. (...)

Participante 10 (P10)

A filha de P10, S., foi abusada dos 9 aos 11 anos pelo padrinho / tio materno, que por sua vez já havia abusado da irmã, P10, quando ela tinha a mesma idade. O modo como o abuso acontecia era também o mesmo: durante a noite o autor da violência entrava no quarto da vítima, manipulava seu corpo e friccionava o pênis contra a menina. P10 relatou que os abusos do irmão contra si cessaram quando o pai deles descobriu a cena e deu uma surra no filho. Semelhantemente, a revelação do abuso da filha foi acidental, sendo que o seu marido flagrou seu irmão saindo pelado do quarto da filha. Mesmo tendo sido vítima da mesma pessoa, a primeira reação de P10 foi de incredulidade ao saber do abuso da filha. Posteriormente, tomou atitudes protetivas, como expulsar o irmão de casa, realizar a denúncia na delegacia e se aproximar da filha. No Genograma P10 apontou ter uma relação muito estreita com o pai, mesmo esse tendo abandonado o lar para viver com outra mulher, deixando a companheira e os filhos em situação de miséria. Antes da saída do pai de casa, o relacionamento entre seus genitores era conflituoso, assim como também foi seu primeiro casamento.

Ah, eu na hora... na hora, na hora, na hora eu não acreditei. Entendesse? Mas quando eu escutei dela falar, entendesse? Porque a gente fica naquela de não acreditar. Porque sabes que criança, né, ou mente... se no caso dela, eu não acreditei, entendesse? Mas quando eu cheguei pra ela, falei “Isso é uma acusação muito grave. Se ele pega uma cadeia, alguma coisa, tais condenando uma pessoa inocente. Vê bem o que tais falando”. Entendesse?

Participante 11 (P11)

A filha de P11, com 4 anos de idade, foi abusada sexualmente pelo companheiro da avó materna, a quem se referia como “vô”. Os abusos se davam quando pai e mãe da criança estavam trabalhando e a creche fechava no período vespertino, para reuniões internas. Nestes dias o companheiro da avó buscava a menina na creche e levava para sua casa (que ficava no mesmo terreno que do restante da família), onde roçava o pênis no corpo da menina, praticava sexo oral nela e simulava movimentos de relação sexual. Posteriormente foi descoberto que este homem era portador do vírus HIV – e que passou o vírus para a companheira –, fato que deixou P11 ainda mais assustada e deprimida. O Genograma demonstrou que P11 vivenciou situação de abandono, negligência, trabalho infantil, além de duas violências sexuais: uma perpetrada pelo irmão e outra por um tio, sendo que a mãe não deu apoio ou tomou providências mediante nenhuma das violências. Atualmente P11 é vítima de violência conjugal e alega que não tem apoio de seus familiares para sair dessa situação.

Aí até então, ninguém... a polícia falou pra mim que não poderia prender ele, porque não foi flagrante. Daí eu falei pra eles “tá, aí quando ele tiver em cima da minha filha, rasgando a minha filha, vai ser flagrante? Ainda vou ter que filmar pra ser flagrante?” aí eles: “Não, não posso fazer nada”, não sei o que. Sabe? Aí tipo, meu mundo caiu, porque quando uma criança fala, e os psicólogo que é mais entendido que todo mundo, sabe? E diz que aconteceu e policial falar isso pra mim, que não pode pegar o ator nem pra vir esclarecer, nada? Sabe? Eu fiquei muito revoltada, sabe.

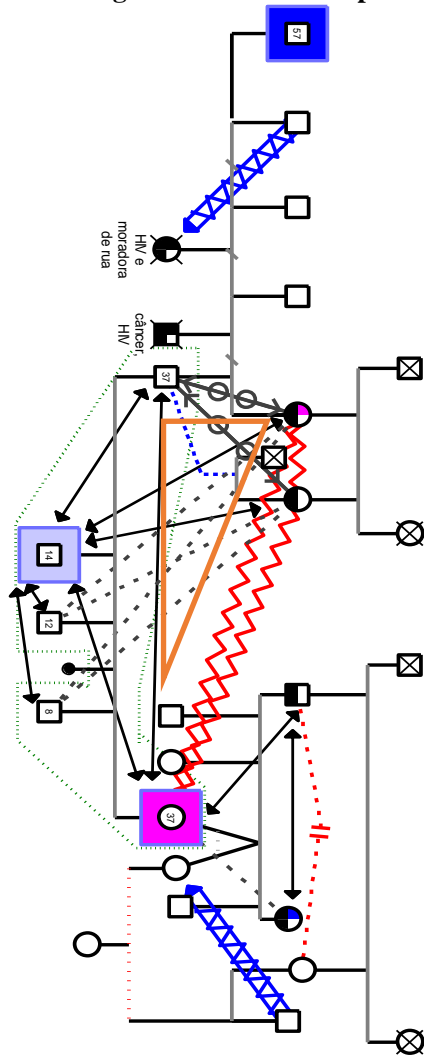
Participante 12 (P12)

Esta família veio ao Serviço de Proteção PAEFI em função de uma denúncia onde o filho mais novo de P12, de 14 anos, teria abusado sexualmente de um sobrinho, de 4 anos, sendo que P12 negou qualquer

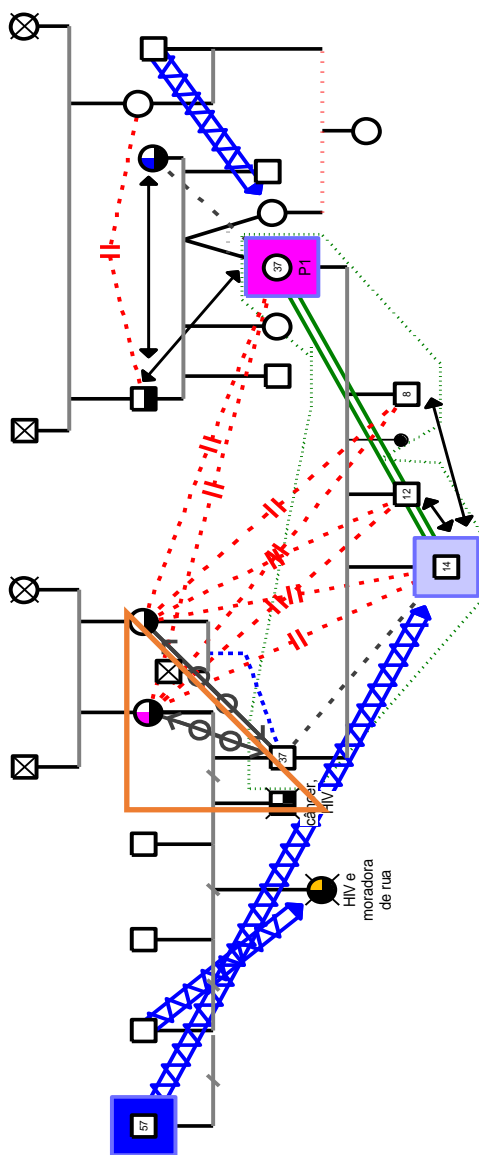
possibilidade da mesma ser verídica. Ao longo do acompanhamento psicossocial as técnicas tiveram ciência de que a filha mais velha de P12, A., hoje com 40 anos, foi abusada sexualmente pelo padrasto ao longo de sua pré-adolescência e adolescência, sendo que tal abuso gerou uma filha quando A. tinha 14 anos. Foi a partir desta denúncia (constatada) que foi realizada a entrevista e construção de Genograma para este estudo. Observou-se que P12 manifestou reações negativas com relação ao abuso de sua filha A., ora acreditando que a filha gostava da relação de abuso perpetrada pelo padrasto, ora que A. permanecia na situação de abuso porque era espancada. Segundo P12, A. foi questionada pela mãe se estava sendo abusada pelo padrasto, porém só admitiu na vida adulta. P12 relatou que tinha suspeitas sobre a violência sexual, porém só acreditou realmente que era verdade quando o próprio companheiro verbalizou o abuso para ela. P12 relatou que se separou do companheiro quando soube disso, há 19 anos. No entanto, tem um filho de 16 anos que é dele. O Genograma revelou que P12 foi criada por uma tia, pois a mãe e o pai abandonaram ela e os irmãos, deixando cada um sob os cuidados de um parente distinto. Também foi observado que P12 sofreu diversas violências físicas e psicológicas severas deste companheiro com quem se relacionou por cerca de 20 anos, que abusou sexualmente de A., e tentou também abusar sexualmente outra enteada, sendo que praticava violências físicas e psicológicas contra os demais filhos.

Entendes? E até hoje tô nessa. Não sei se ela gostava, ou se não gostava, não posso te dizer.” (...)“É... eu ficava desconfiada, porque eu falava, como eu disse pra ti, né. Eu falei pra ela assim, ó: “Se ele mexer contigo, tu diz pra mim, que eu coloco ele na cadeia e tu dá um jeito de sair pra rua e gritar, que vai chamar a atenção de todo mundo. Ele não vai te matar”. Que ele ameaçava de morte quando batia. E justo nesse dia que eu falei pra ela, foi o que eu cheguei em casa, acho que tava tomando café, e ele me pegou pelo cabelo e foi chutando. Aí, “Sua cadela, sua vagabunda, tais pensando que eu tô fazendo coisa com a tua filha?” Eu disse “Tu é que tais dizendo, eu não tô dizendo nada”. Um dia um vizinho lá entrou dentro de casa, que ele tava quase me matando. Entendes? Eu tinha medo.

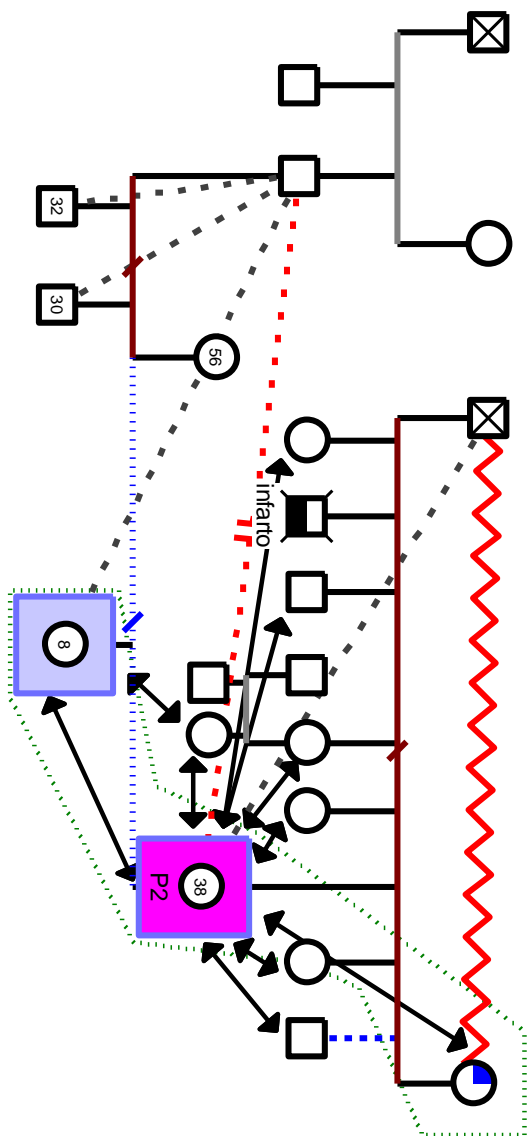
7.6 Apêndice F – Genogramas das famílias participantes



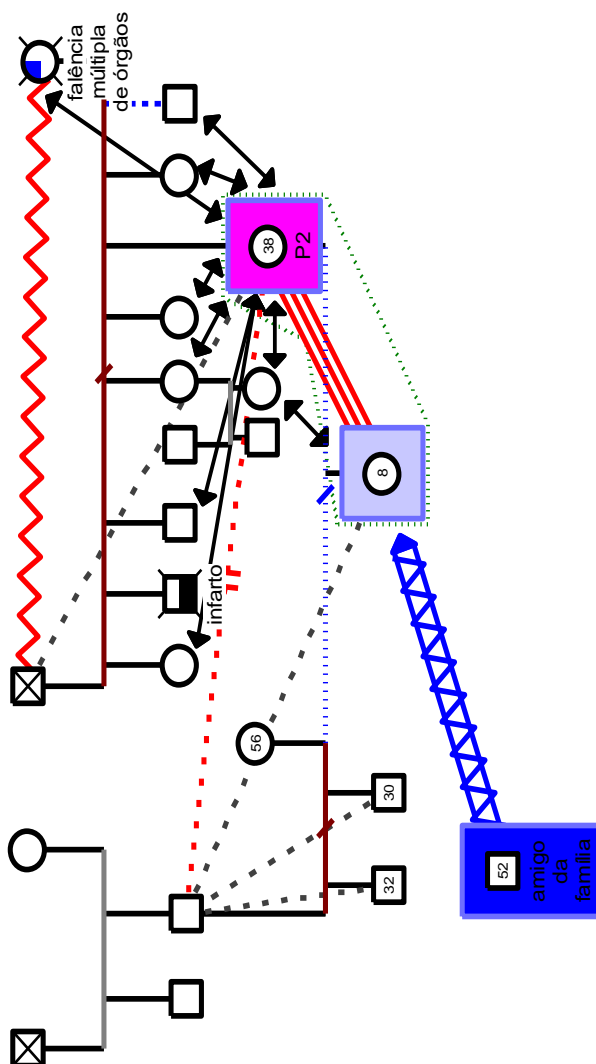
Genograma da família de P1 - Antes da revelação do abuso



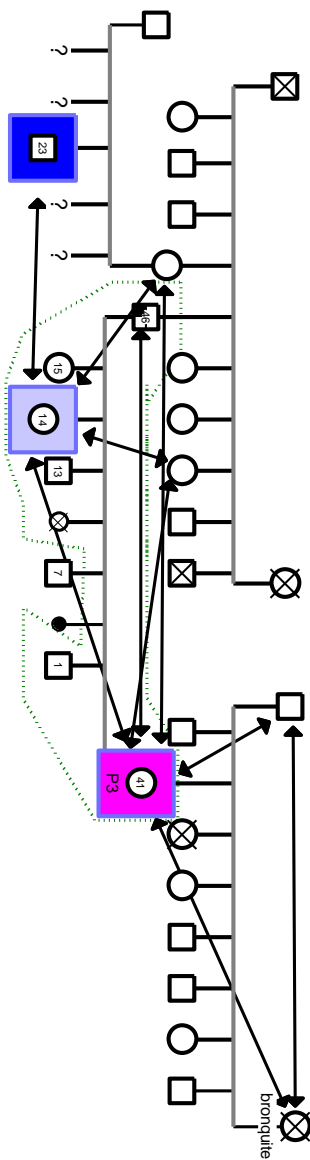
Genograma da família de P1 - Após a revelação do abuso



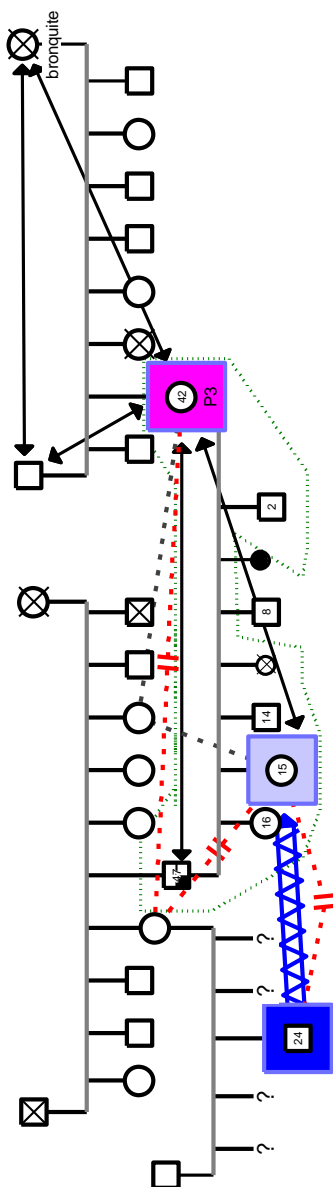
Genograma da família de P2 - Antes da revelação do abuso



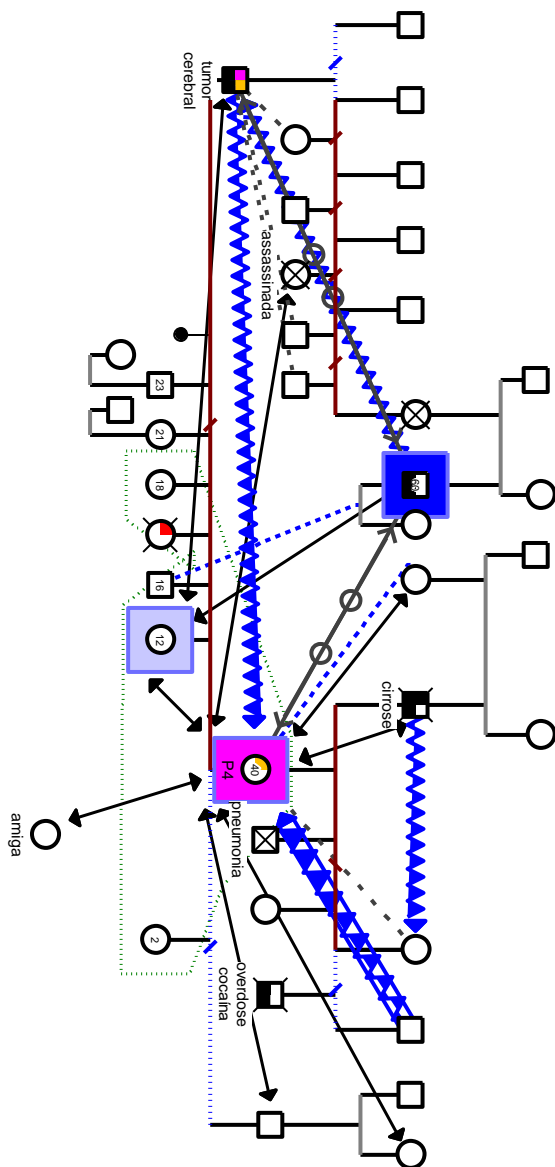
Genograma da família de P2 - Após a revelação do abuso



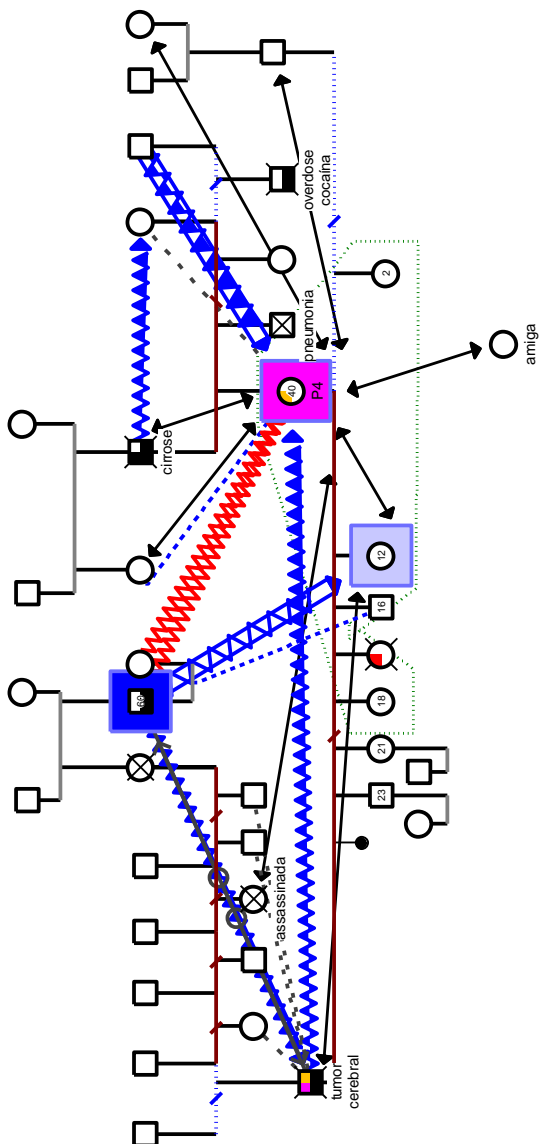
Genograma da família de P3 – Antes da revelação do abuso



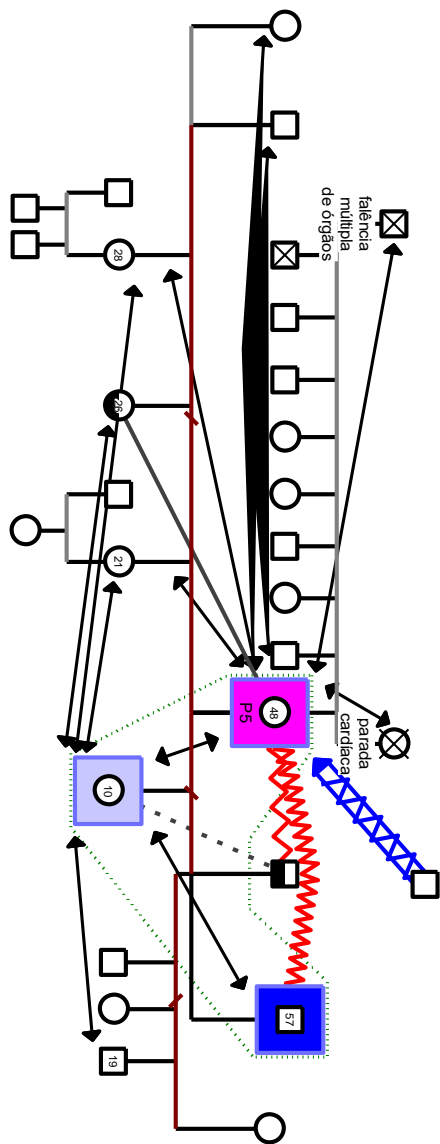
Genograma da família de P3 - Após a revelação do abuso



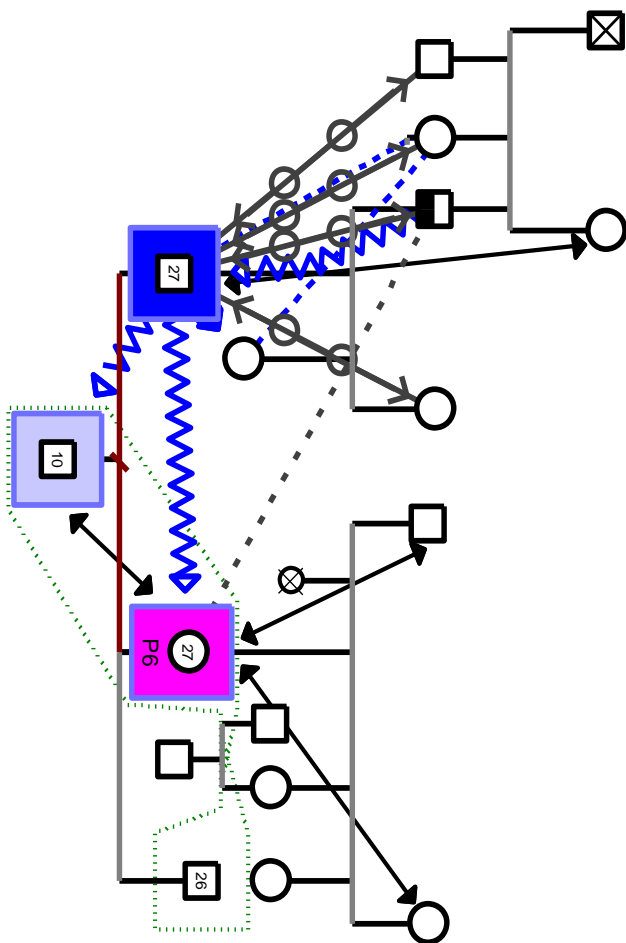
Genograma da família de P4 – Antes da revelação do abuso



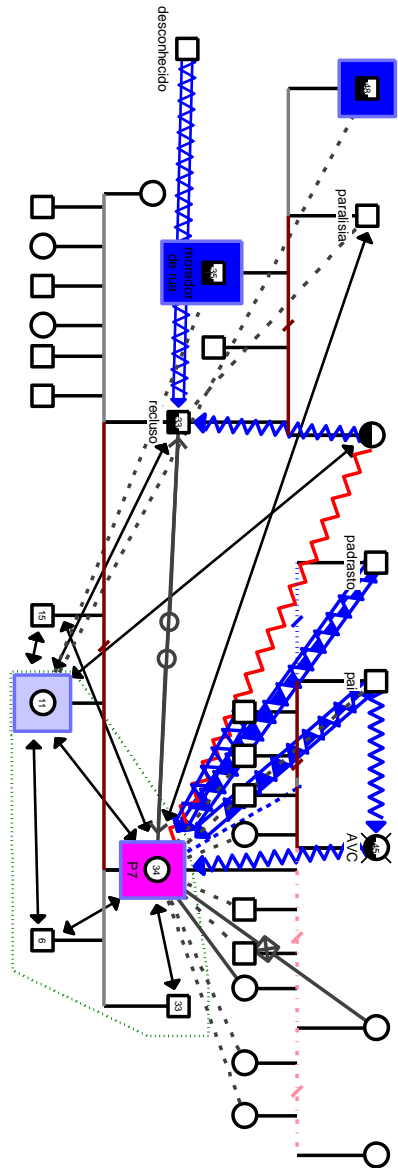
Genograma da família de P4 - Após a revelação do abuso



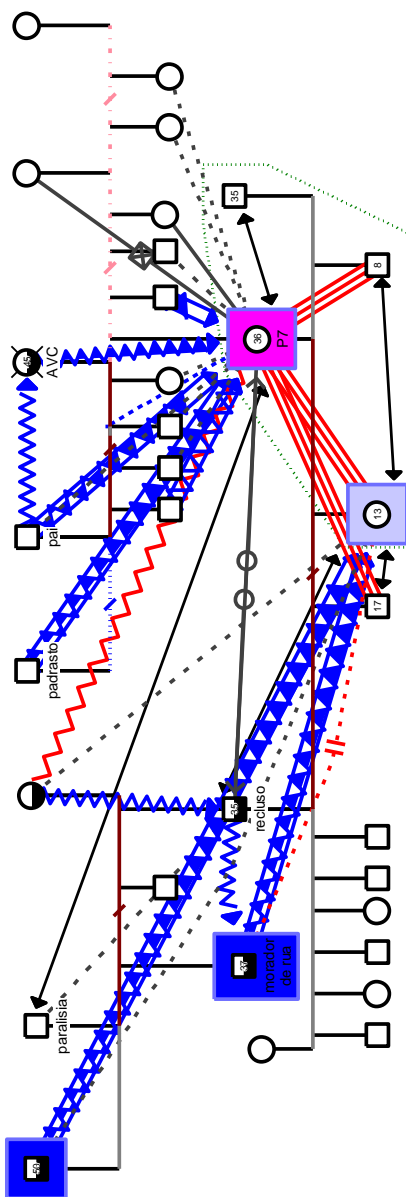
Genograma da família de P5 – Antes da revelação do abuso



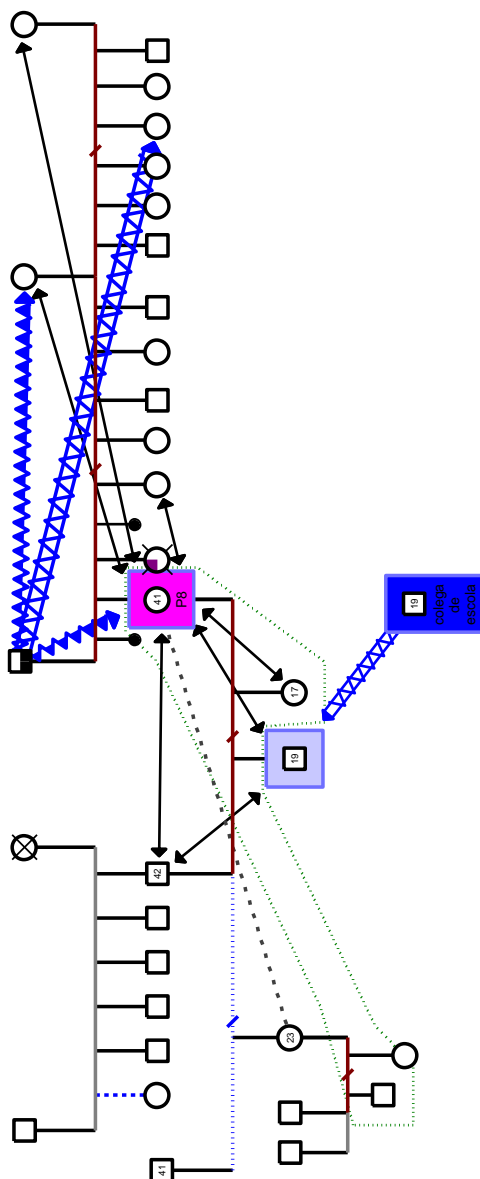
Genograma da família de P6 – Antes da revelação do abuso



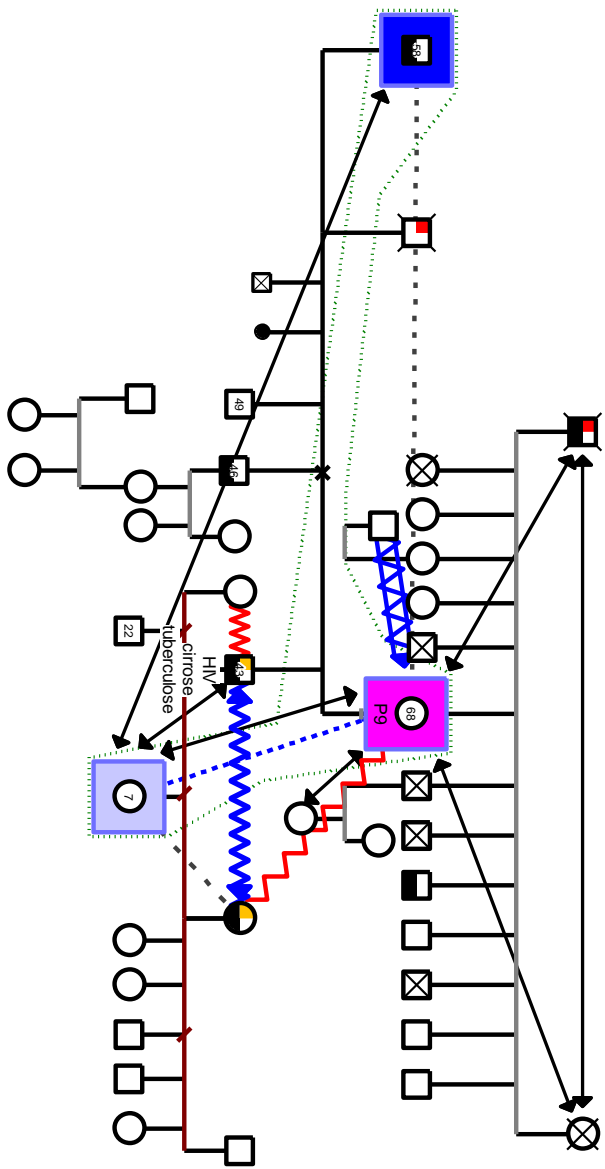
Genograma da família de P7 – Antes da revelação do abuso



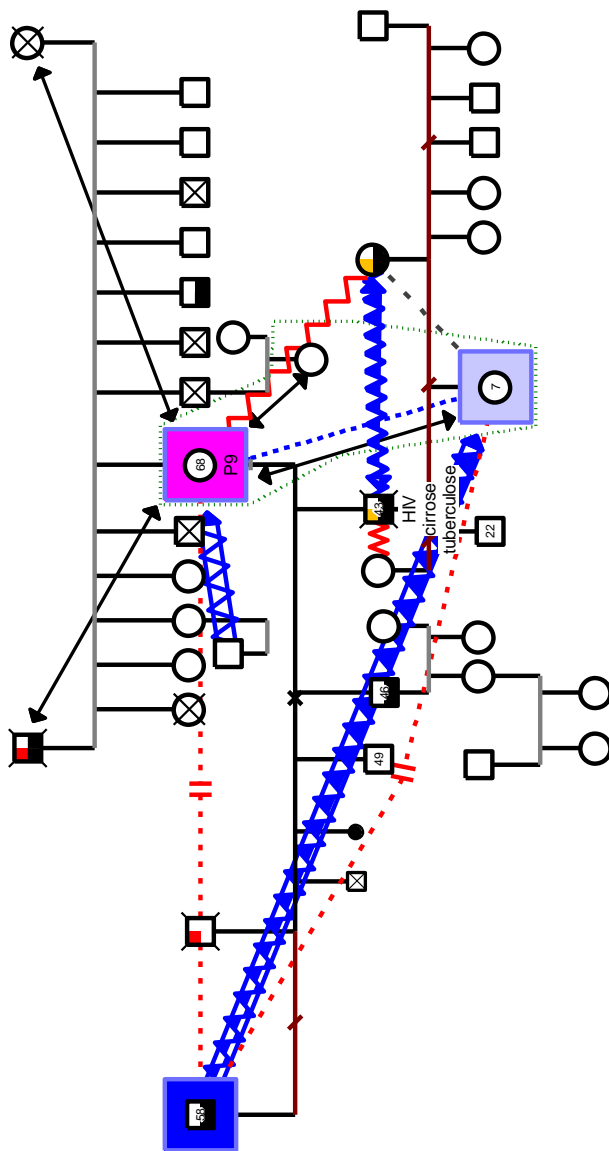
Genograma da família de P7 - Após a revelação do abuso



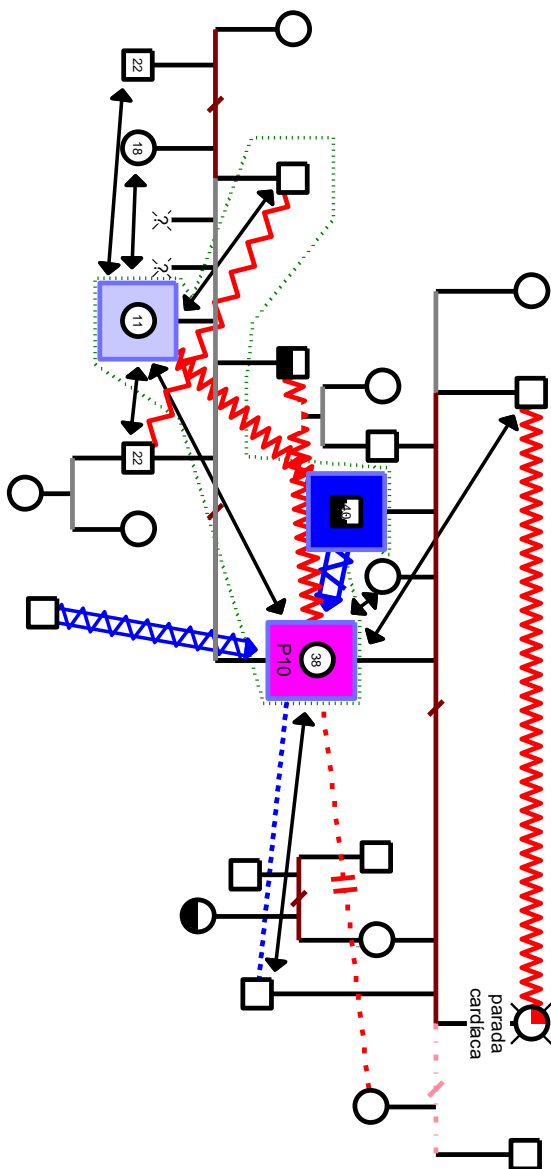
Genograma da família de P8 - Após a revelação do abuso



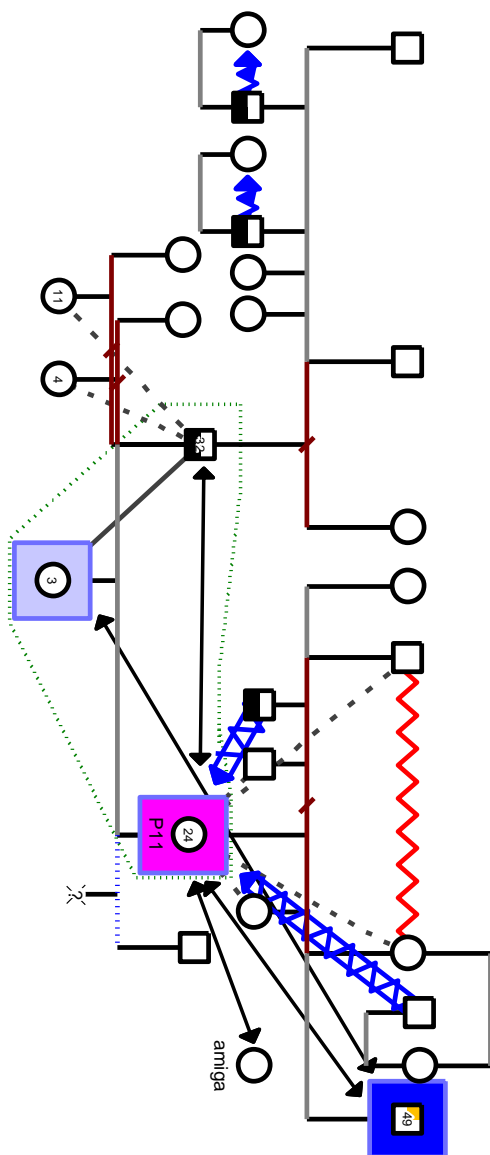
Genograma da família de P9 – Antes da revelação do abuso



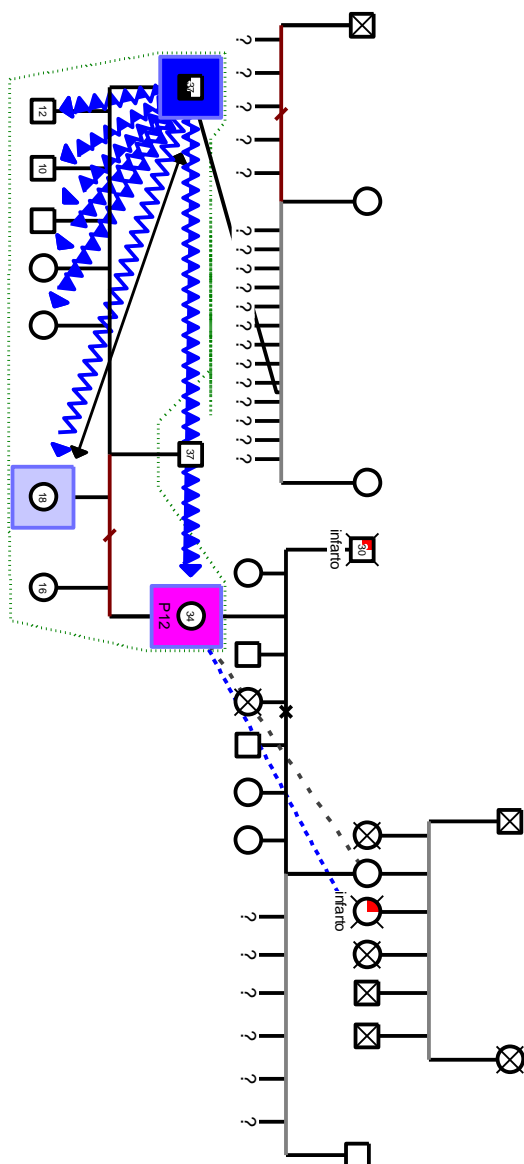
Genograma da família de P9 - Após a revelação do abuso



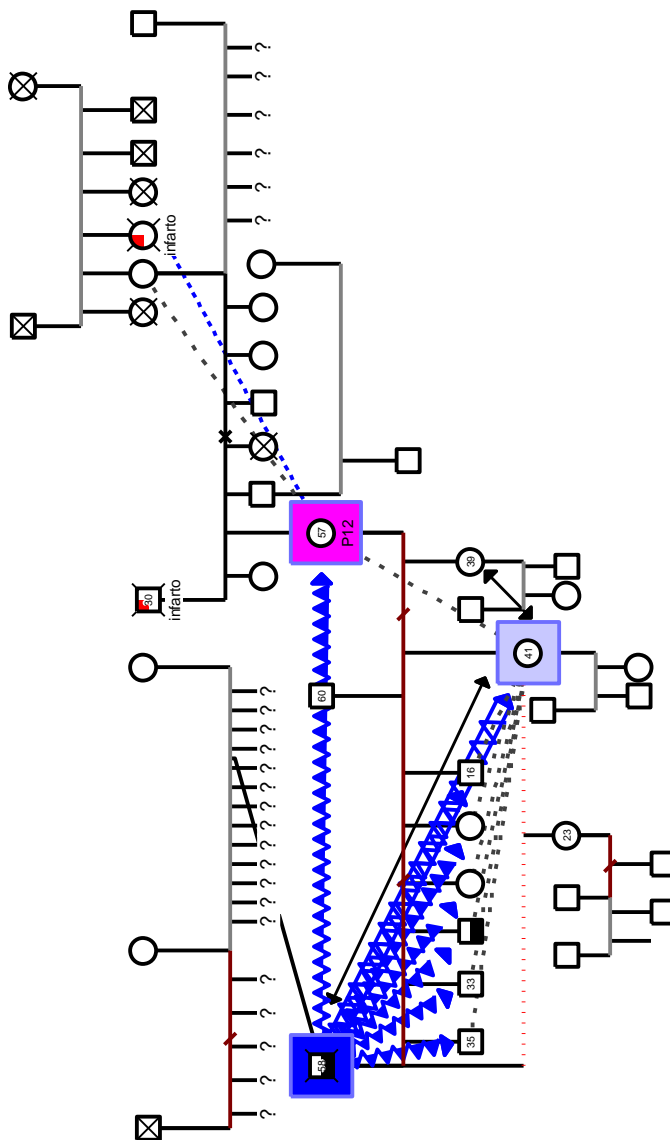
Genograma da família de P10 – Antes da revelação do abuso



Genograma da família de P11 – Antes da revelação do abuso



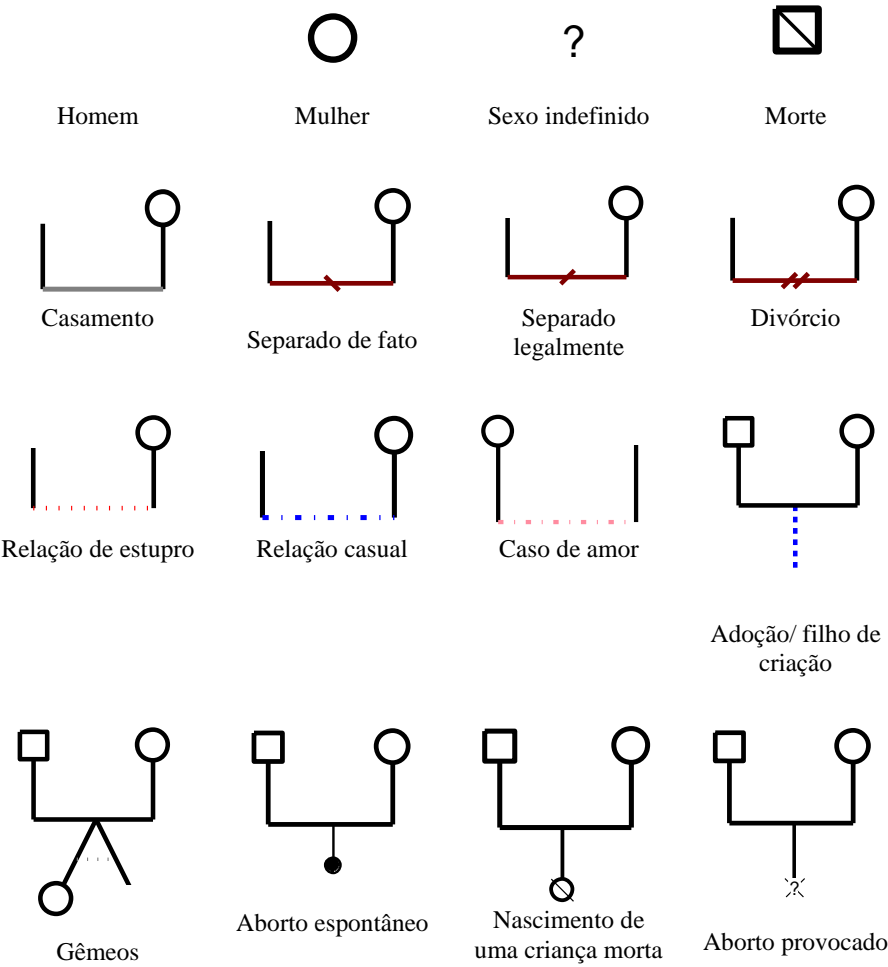
Genograma da família de P12 – Antes da revelação do abuso

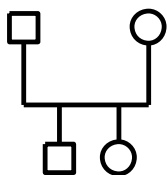


Genograma da família de P12 - Após a revelação do abuso

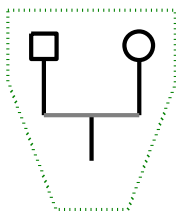
8. ANEXO

Símbolos do Genograma propostos por Wendt e Crepaldi (2008) e Genopro (2016)





Casal com filhos
(o mais velho à
esquerda)



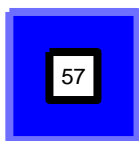
Moram na mesma
casa



Viúvo



Filho vítima do
abuso sexual
(idade dentro)



Autor da violência
(idade dentro)



Mãe participante
(idade dentro)



Doença física ou
mental



Abuso de álcool ou
drogas



Graves problemas
físicos ou mentais,
com álcool ou
drogas



Câncer



Doença cardíaca



Depressão



Hipertensão

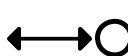


HIV / AIDS

Aliança



Superenvolvimento



Harmônico



Vulnerável



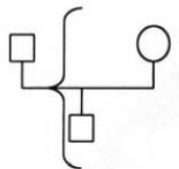
Conflito



Rompimento



Distante



Coalizão



Nunca
encontrou/viu



Triangulação



Violência
psicológica



Violência física



Abuso sexual